



Anais da Assembléia

Nº 41

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 1994

ANO XX

MESA DIRETORA

ORLANDO PESSUTI
Presidente - PMDB

HERMAS EURIDES BRANDÃO
1º Vice-Presidente - PTB

GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO
2º Vice-Presidente - PP

ANIBAL KHURY
1º Secretário - PTB

DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO
2º Secretário - PP

BASÍLIO ZANUSSO
3º Secretário - PFL

CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI
4º Secretário - PSDB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL	Deputado NELSON GARCIA
PDT	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado HEINZ GEORG HERWIG
PT	Deputado OVÍDIO JOSÉ CONSTANTINO
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB – 12: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiesel Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - José Afonso Júnior - José Durval Mattos do Amaral - José Tavares da Silva Neto - Luiz Carlos Calto Quintana; **Suplentes:** Eurides Moura - Oswaldo Trevisan - Luiz Henrique Bona Turra - Nereu Alves de Moura - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP – 11:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Júlio Bifon - Antônio Costenaro Neto - Antônio Martins Annibelli - Duílio Genari; **PFL – 05:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppe Filho; **PDT – 07:** Algaci Ormário Túlio - Emilia de Salles Belinati - Paulo Maia de Oliveira - Namir Alcides Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Luiz Carlos Martins - Valdir Luiz Rossoni; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mário Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PSDB – 03:** Alceu Antônio Swarowski - Heinz Georg Herwig - Cezar Augusto Carollo Silvestri; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PTB – 12:** Erondy Silvério - Anibal Khury - Ademar Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca - Lourenço Fregonese - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Hermas Eurides Brandão - Luiz Antonio Setti - Nilton César Servo; **Suplente:** Geraldo Atsumi Yamada; **PT – 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Pérides de H. Mello; **PL – 01:** José Colombino Grassano; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha.

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURA
ATA DA 029.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1994
(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Orlando Pessuti, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Luiz Carlos Alborghetti.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Caíto Quintana, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Durval Amaral, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Elío Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Afonso Júnior, José Tavares, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço, e Rossoni (48). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Ademar Traiano, Costenaro Neto, José Arthur Ritti, Júlio Bifon e Ovídio Constantino (05).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura das Atas das sessões anteriores, as quais foram aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 032/94

Curitiba, 13.04.94.

Senhor Presidente.

Em conformidade com o preceito contido no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser submetido à apreciação desta augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei obje-

tivando a criação de 2 (dois) cargos de Marinheiro Fluvial de Convés e 1 (um) cargo de Marinheiro Fluvial de Máquinas, para serem utilizados pela Universidade Estadual de Maringá.

A proposição ora formulada justifica-se por ter sido considerada oportuna e necessária em razão dos argumentos a mim apresentados pelo Secretário de Estado da Administração, em Ofício nº 1.272/93, de 13 de dezembro de 1993, do seguinte teor:

"Submeto à apreciação de Vossa Excelência, proposta de Projeto de Lei que trata da criação de 2 (dois) cargos de Marinheiro Fluvial de Convés e 1 (um) Marinheiro Fluvial de Máquinas para a Universidade Estadual de Maringá.

A Universidade possui 1 embarcação fluvial 'Nupélia VII', destinada a realização das atividades fluviais de pesquisa biológica e de pós-graduação, com base em Porto Rico, para atendimento no Lago de Itaipu.

A criação dos cargos propostos atenderá as exigências da Agência da Capitania Fluvial dos Portos do Rio Paraná em Guaíra, de acordo com o Decreto Federal nº 87.648, de 24.09.82, que define a constituição das categorias de pessoal, entre elas, a de tripulação fluvial."

Certo de que a medida proposta merecerá desta colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam criados no Grupo Ocupacional Apoio, 2 (dois) cargos de Marinheiro Fluvial de Convés, Classe D, SGOC XN28, e 1 (um) cargo de Marinheiro Fluvial de Máquinas, Classe E, SGOC, XN29.

Parágrafo Único - A descrição das funções e requisitos de escolaridade e experiência exigidos para cada cargo constam do anexo desta lei.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO DE QUE TRATA O
PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 1º

MANUAL DE OCUPAÇÕES

Grupo Ocupacional: Apoio SGOC:XN28
Cargo: Marinheiro Fluvial
de Convés Classe: D
Carga Horária: 08 horas diárias CBO: 9:81:40

DESCRIÇÃO DO CARGO

- Executar serviços de marinharia em embarcações empregadas na navegação interior.
- Executar serviços gerais de convés a bordo de embarcações empregadas na navegação interior.
- Executar, quando necessário, conforme a legislação em vigor, serviços de estivaagem e desestivagem.
- Executar outras tarefas correlatas.

REQUISITOS

Escolaridade: 4.^a série do 1º grau, e aprovação em curso fundamental, conforme PORTOMARINST nº 10/07

Experiência: Não exigida

MANUAL DE OCUPAÇÕES

Grupo Ocupacional: Apoio SGOC: XN29

Cargo: Marinheiro Fluvial de Máquinas Classe: E

Carga Horária: 08 horas diárias CBO: 9:82:90

DESCRIÇÃO DO CARGO

- Desempenhar as funções e serviços de auxiliar de Condutor Motorista Fluvial, em embarcações empregadas na navegação interior.
- Executar serviços gerais de máquinas ou motores de embarcações empregadas na navegação interior.
- Executar, quando necessário, conforme a legislação em vigor, serviços de estivaagem e desestivagem.
- Executar outras tarefas correlatas.

REQUISITOS

Escolaridade: 4.^a série do 1º grau, e aprovação em curso fundamen-

tal, conforme PORTOMARINST nº 10/07

Experiência: Não exigida

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 033/94

Curitiba, 13 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Dando cumprimento ao disposto nos artigos 30 e 31 da Lei Estadual nº 10.394, de 15 de julho de 1993 e no artigo 8º da Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, comunico que procedemos a segunda correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido para a segunda correção foi de 40%, em função do disposto no parágrafo 2º do artigo 31 da Lei Estadual nº 10.394, de 15 de julho de 1993.

O Orçamento Geral do Estado passou a ter a composição apresentada a seguir, observando que foram estabelecidas as regras estatísticas de arredondamentos.

Em CR\$ 1.000

ORÇAMENTO FISCAL.....	1.778.935.179
ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (exclusive as transferências do Tesouro).....	699.465.425
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO DAS EMPRESAS PÚBLICAS E DAS SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (exclusive as transferências do Tesouro).....	317.690.050
TOTAL GERAL.....	2.796.090.654

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência as expressões de estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 034/94

Curitiba, 15 de abril de 1994.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa. Excelentíssimos Senhores Deputados.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 22, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, encaminho para apreciação dessa egrégia Assembleia Legislativa, o Anteprojeto de Lei sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1995.

O presente Anteprojeto de Lei compreende:

- I - as prioridades da Administração Estadual;
- II - a organização das estruturas dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;
- IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referente ao exercício;
- V - outras disposições.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as minhas expressões de estima e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Ficam estabelecidas, nos termos desta lei, as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1995 compreendendo:

- I - as prioridades da Administração Estadual;
- II - a organização e as estruturas dos orçamentos;
- III - as diretrizes para a elaboração dos orçamentos do Estado;
- IV - as disposições sobre as alterações na legislação tributária referentes ao exercício;
- V - outras disposições.

Capítulo I

DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL

Art. 2º - Constituem prioridades do Governo Estadual

- I - educação, saúde e segurança;
- II - incentivo à produção agropecuária;
- III - conservação do meio ambiente;
- IV - habitação popular;
- V - incentivo à pesquisa científica e tecnológica;
- VI - infra-estrutura;
- VII - incentivo a produção industrial.

Art. 3º - As prioridades definidas no artigo anterior e seus detalhamentos, terão precedência na alocação de recursos nos orçamentos de 1995, observadas as ações constantes do Anexo desta lei.

Capítulo II

DA ORGANIZAÇÃO E DAS ESTRUTURAS DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º - O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa, cumprindo o prazo no artigo 22, inciso III do Ato das

Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado do Paraná, será composto dos Anexos I, II e III, que conterão:

- I - legislação e resumos da receita referentes aos orçamentos fiscal, próprio da administração indireta e de investimento das empresas públicas e sociedades de economia mista;
- II - resumos gerais da despesa, segundo as fontes de recursos;
- III - orçamentos:

a) Fiscal, compreendendo os orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público, a que se refere o artigo 133, § 6º, I da Constituição Estadual;

b) Próprio das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, a que se refere o artigo 133, § 6º, II da Constituição Estadual;

c) de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, a que se refere o artigo 133, § 6º, III da Constituição Estadual;

d) do Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, previstas nos três orçamentos.

Art. 5º - O orçamento Fiscal e o Próprio das Autarquias, Fundações e Órgãos de Regime Especial, discriminarão a despesa por unidade orçamentária, segundo a classificação funcional programática, observando o seguinte desdobramento:

DESPESAS CORRENTES

- Pessoal e Encargos Sociais
- Juros e Encargos da Dívida Pública
- Outras Despesas Correntes

DESPESAS DE CAPITAL

- Investimentos
- Inversões Financeiras
- Amortização da Dívida Pública
- Outras Despesas de Capital

Art. 6º - O orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista será apresentado por empresa e terá a despesa discriminada segundo a classificação funcional programática.

Art. 7º - O Detalhamento Físico e Financeiro de Obras, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 02 de 15 de dezembro de 1993, será apresentado conforme modelo anexo a este projeto de lei.

Capítulo III

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO

DOS ORÇAMENTOS DO ESTADO

Seção I

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 8º - No Projeto de Lei Orçamentária Anual as receitas serão estimadas e as despesas serão fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 1994 (base de correção relativa a 30 de junho de 1994).

§ 1º - As despesas custeadas com financiamentos em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa de câmbio vigente em 1º de julho de 1994.

§ 2º - Os valores de receita e despesa apresentados no Projeto de Lei Orçamentária Anual serão atualizados, antes do início da execução orçamentária, mediante aplicação de índice de variação de preços no período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 1994, de acordo com critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei.

Art. 9º - Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos.

Art. 10 - As receitas de Órgãos, Fundos, Autarquias, Fundações, Órgãos de Regime Especial e demais entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente gastos com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Art. 11 - A programação de investimentos, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, não incluirá projetos novos em detrimento de outros em andamento, ou já programados, exceto as prioridades relacionadas no Art. 2º, itens de I a VII desta lei.

Parágrafo Único - Só poderão ser incluídos projetos novos, em detrimento dos já programados, quando acompanhados por justificativa e autorizados pelo Poder Legislativo ou ainda, os que sejam financiados por fontes de recursos outras que não as já inscritas na lei orçamentária.

Art. 12 - Fica vedada aos Órgãos da Administração Direta e Indireta a previsão de recursos orçamentários para subvenções sociais a clubes, associações ou quaisquer outras entidades congêneres que congreguem servidores ou empregados e seus familiares, excetuados os destinados à manutenção de creches.

Art. 13 - O Projeto da Lei Orçamentária

para 1995, destinará recursos do Tesouro Geral do Estado aos Órgãos do Poder Executivo após deduzidos os recursos destinados:

I - ao pagamento de precatórios judiciais apresentados até 1º de julho de 1994;

II - os recursos destinados ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual;

III - ao orçamento do Poder Legislativo, compreendendo Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Estado, correspondente a até 3% (três por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas.

IV - ao orçamento do Poder Judiciário, compreendendo Tribunal de Justiça e Tribunal de Alçada do Estado, correspondente a até 7,0% (sete por cento) da Receita Geral do Estado, excluídas as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas, do qual, pelo menos 8,5% (oito vírgula cinco por cento) corresponderão a despesas de capital.

V - as despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

VI - ao pagamento do serviço da dívida pública;

VII - as contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

VIII - a programas de fomento e desenvolvimento através do Fundo de Desenvolvimento Econômico - FDE; e

IX - a manutenção e desenvolvimento do ensino, correspondentes a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual.

X - os recursos destinados ao custeio do plano complementar ao Sistema Único de Saúde a que se referem as leis estaduais nºs 10.219 de 21 de dezembro de 1992 e 10.533 de 30 de novembro de 1993.

§ 1º - Os recursos remanescentes de que trata o caput deste artigo, serão destinados de acordo com os limites percentuais apresentados a seguir:

- Chefia do Poder Executivo.....	até 10%
- Sec. de Estado da Indústria e do Comércio, Ensino Superior, Ciências e Tecnologia.....	até 4%
- Procuradoria Geral do Estado.....	até 1%
- Sec. de Estado do Planejamento e Coordenação Geral.....	até 5%
- Adm. Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEPL.....	até 14%
- Sec. de Estado da Comunicação Social.....	até 2%

- Sec. de Estado da Administração..até	10%
- Sec. de Estado da Fazenda.....até	8%
- Adm. Geral do Estado - Recursos sob supervisão da SEFA.....até	2%
- Sec. de Estado do Trabalho e da Ação Social.....até	2%
- Sec. de Estado da Cultura.....até	2%
- Sec. de Estado da Segurança Pública.....até	20%
- Sec. de Estado da Saúde.....até	30%
- Sec. de Estado da Justiça e da Cidadania.....até	12%
- Sec. de Estado da Agricultura e do Abastecimento.....até	18%
- Sec. de Estado do Desenvolvimento Urbano.....até	8%
- Sec. de Estado dos Transportes...até	30%
- Sec. de Estado do Meio Ambiente..até	4%
- Secretário Especial do Esporte e Turismo.....até	2%
- Secretário Especial da Política Habitacional.....até	16%
- Ouvidor Geral do Estado.....até	0,3%
- Secretário Especial para Assuntos Externos.....até	1%
- Secretário Especial da Indústria e do Comércio.....até	2%
- Ministério Público.....até	1%

§ 2º - Os recursos de que trata o parágrafo anterior serão alocados prioritariamente na manutenção e custeio dos órgãos, bem como nas contrapartidas de convênios e acordos firmados com entidades e organismos privados e públicos, nacionais e internacionais.

§ 3º - Os percentuais alocados para os Secretários Especiais, no caso de extinção da função serão remanejados por ato do Poder Executivo aos órgãos dos quais as ações programáticas daqueles Secretários Especiais, serão desenvolvidas.

Art. 14 - O Projeto da Lei Orçamentária para 1995, conterá dispositivos autorizatórios para:

I - destinação específica de recursos do Tesouro Geral do Estado, para pagamento de pessoal e encargos sociais e serviços da Dívida Pública Estadual, bem como execução centralizada de: aquisição de material de consumo e permanente, reparos e obras, pagamento de energia elétrica (Companhia Paranaense de Energia - COPEL), pagamento de água e esgoto (Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR), pagamento de serviços telefônicos e telecomunicações (Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR e Empresa Brasileira de Telecomunicações - EMBRATEL) e pagamento de serviços de processamento de dados (Companhia de Processamento de Dados do Paraná - CELEPAR).

II - os ajustes orçamentários oriundos de alteração da fonte dos recursos, da

suplementação por recursos não previstos ou excedentes advindos de convênios, acordos e outras formas de contratos, bem como de superávits financeiros apurados na administração direta e indireta.

III - que o Poder Legislativo e o Poder Judiciário, através da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Justiça, respectivamente, ajustem seus orçamentos no que couber, mediante ciência ao Poder Executivo para os necessários registros.

Art. 15 - Os recursos recebidos pelo Estado, provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receita orçamentária e suas aplicações registradas nas despesas orçamentárias de cada órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer qualquer desvinculação por lei.

Seção II

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO FISCAL

Art. 16 - O Orçamento Fiscal para 1995 fixará as despesas dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário e do Ministério Público e estimará as receitas de recolhimento centralizado do Tesouro Geral do Estado, com um valor estimado preliminar de CR\$ 6.500.000.000.000,00 (seis trilhões e quinhentos bilhões de cruzeiros reais), a preços de 1º de julho de 1994.

§ 1º - O Orçamento Fiscal conterá as cotas de receitas a serem transferidas para as Autarquias, Fundações, Órgão de Regime Especial, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista.

§ 2º - A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Assembleia Legislativa, e a proposta do Poder Judiciário será elaborada pelo Tribunal de Justiça, sendo apresentadas ao Poder Executivo, nos prazos estabelecidos nas instruções para a elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Art. 17 - O Orçamento Fiscal terá as despesas com pessoal e encargos sociais fixados até 65% (sessenta e cinco por cento) do valor anual das receitas correntes, de acordo com o disposto nos artigos 38 e 17 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

Art. 18 - Os recursos ordinários do Tesouro Estadual somente poderão ser programados para atender despesas de capital após atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, pre-

catórios judiciais, contrapartidas de programas financiados e outras despesas com custeio administrativo e operacional.

Art. 19 - As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 20 - O orçamento fiscal conterá a previsão de recursos necessários para cumprimento ao disposto no artigo 137, parágrafo único da Constituição Estadual.

Seção III

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 21 - O Orçamento Próprio da Administração Indireta, relativo às Autarquias, às Fundações e aos órgãos de Regime Especial, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, bem como suas aplicações.

Art. 22 - Os montantes das despesas dos orçamentos próprios, não poderão ser superior ao das respectivas receitas.

Art. 23 - Os orçamentos próprios deverão prever o custeio de despesas com pessoal, também com recursos próprios.

Seção IV

DAS DIRETRIZES ESPECÍFICAS DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO

Art. 24 - O Orçamento de Investimento relativo às Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, compreenderá as receitas próprias e as receitas de transferências do Tesouro Geral do Estado, aplicadas na espécie investimento.

Art. 25 - Os montantes das despesas dos orçamentos de investimento não poderão ser superior aos das respectivas receitas.

Art. 26 - A Mensagem que encaminhou o projeto de lei orçamentário anual à Assembleia Legislativa será acompanhada de demonstrativos que informem os montantes, por espécie de despesa, das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem subvenção do Tesouro Estadual para custeio de despesas com Pessoal e Encargos Sociais e com sua manutenção.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE AS

ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 27 - Na estimativa das receitas serão considerados os efeitos de alterações da Legislação Tributária até 31 de dezembro de 1994, em especial:

I - As modificações na Legislação Tributária decorrentes da revisão do Sistema Tributário Nacional;

II - A concessão e redução de isenções fiscais;

III - A revisão de alíquotas dos tributos de competência; e

IV - O aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

Capítulo V

DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES

Art. 28 - A Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, divulgará os quadros de detalhamento de despesa, especificando por projetos e atividades, os elementos de despesas e respectivos desdobramentos, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com valores corrigidos na forma do disposto no parágrafo 2º do artigo 8º desta lei.

Art. 29 - A Lei Orçamentária Anual indicará os critérios de atualização monetária dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, durante o período de execução orçamentária.

Art. 30 - A defasagem monetária das dotações orçamentárias, ocasionadas pela inflação, deverá ser corrigida de forma a não prejudicar a realização do programa de trabalho estabelecido na Lei Orçamentária.

§ 1º - O Poder Executivo providenciará para tal fim a atualização das expressões monetárias das dotações constantes do Orçamento Anual, durante sua execução, de acordo com a inflação medida mês a mês através de índice a ser definido na proposta orçamentária.

§ 2º - As correções não poderão ultrapassar em nenhuma hipótese os índices de crescimento da Receita de Arrecadação Própria mais as Transferências Federais.

Art. 31 - Na Lei Orçamentária Anual, bem como em suas alterações não serão discriminadas as relações de instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais.

Art. 32 - Ao projeto de Lei Orçamentária

ria Anual, poderão ser apresentadas emendas desde que não:

I - sejam incompatíveis com as disposições do parágrafo 3º do artigo 134 da Constituição Estadual;

II - transfiram recursos próprios das entidades referidas nas Seções III e IV do Capítulo III;

III - cancelem recursos superiores aos previstos na espécie a ser cancelada;

IV - apresentem como destaque metas não previstas no projeto de lei;

V - discriminem instituições a serem beneficiadas com auxílio e/ou subvenções sociais;

VI - cancelem recursos de manutenção de órgãos e/ou entidades em detrimento de despesas de capital;

VII - incluam obras sem o respectivo detalhamento físico e financeiro, conforme o disposto na Emenda Constitucional nº 02, e sem a clara identificação do investimento que será cancelado para criar o recurso necessário à emenda;

VIII - retirem recursos oferecidos como contrapartida de financiamentos, empréstimos, acordos, convênios e outras formas de contrato.

Art. 33 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO

DAS AÇÕES PROGRAMÁTICAS

I - Educação, Saúde e Segurança

- a) melhoria da qualidade do ensino público de 1º e 2º graus;
- b) expansão da oferta do ensino fundamental e médio bem como do ensino pré-escolar;
- c) melhoria da qualidade e ampliação da oferta de recursos didáticos e pedagógicos nos diferentes níveis da educação básica;
- d) ampliação da oferta e melhoria da qualidade do ensino agrícola e do ensino profissionalizante;
- e) apoio a programas de alfabetização de jovens e adultos;
- f) apoio a programas da educação especial;
- g) continuidade do programa de racionalização a modernização do sistema de ensino superior;
- h) apoio a programas culturais como extensão do processo educacional;
- i) manutenção das ações de saúde especializada e dos centros de saúde;
- j) municipalização do atendimento básico de saúde;
- k) ampliação da produção e distribuição de medicamentos para a rede bá-

sica de saúde;

- l) implantação do Sistema Qualidade Total na coleta e distribuição de sangue e hemoderivados;
- m) manutenção e ampliação dos programas de segurança pública;
- n) aperfeiçoamento e valorização dos profissionais de segurança da polícia civil e militar;
- o) continuidade e ampliação do programa integrado de atendimento a emergências;
- p) reequipamento da polícia civil e militar.

II - Incentivo a Produção Agropecuária

- a) melhoria dos padrões genéticos dos rebanhos do Estado;
- b) desenvolvimento de condições adequadas de infra-estrutura para produção, escoamento e comercialização, aos pequenos produtores rurais;
- c) apoio técnico e creditício ao pequeno e médio produtor rural;
- d) armazenamento, fomento, mecanização e apoio a programas especiais da produção agropecuária;
- e) continuidade dos programas de manejo integrado de solos e água;

III - Conservação do Meio Ambiente

- a) desenvolvimento de programas de educação ambiental;
- b) monitoramento e fiscalização dos recursos ambientais, inclusive em áreas indígenas, com vistas à redução da poluição ambiental;
- c) melhoria das condições de saúde e da qualidade de vida no meio urbano e rural por meio do saneamento ambiental, com o abastecimento de água potável e o tratamento de resíduos sólidos e detritos sanitários;
- d) desenvolvimento de ações voltadas ao controle de enchentes e a realização de obras de drenagens e despoluição de bacias hidrográficas;
- e) conservação e manejo dos ecossistemas e da sua biodiversidade.

IV - Habitação Popular

- a) continuidade ao programa de mutirão para atender com habitação popular as famílias paranaenses de baixa renda, da zona urbana e rural.

V - Incentivo à Pesquisa Científica e Tecnológica

- a) apoio a programas de pesquisa para o aumento da produtividade e melhoria dos padrões de qualidade do produto estadual;
- b) apoio a incorporação de novas tec-

nologias aos setores da agropecuá
ria, indústria e serviços;

- c) apoio a programas de desenvolvimento da massa crítica de pesquisadores e tecnólogos para a melhoria da qualidade e da produtividade;
- d) incentivo a pesquisa e desenvolvimento tecnológico nas áreas de biotecnologia, química fina e novos materiais.

VI - Infra-estrutura

- a) continuidade aos programas de eletrificação urbana e rural;
- b) continuidade aos programas de saneamento básico;
- c) ampliação do sistema ferroviário de cargas;

- d) continuidade aos programas de conservação da malha viária do Estado;
- e) estudos, projetos e construção de pontes para acesso a países limítrofes com o Estado do Paraná;
- f) estudos para o aproveitamento do Rio Ivaí.

VII - O incentivo à produção industrial

- a) desenvolvimento de programas micro-regionais de industrialização, aproveitando as potencialidades ali existentes;
- b) apoio técnico e creditício a pequena indústria;
- c) incrementar a geração de empregos permanentes nas regiões de oferta temporária.

ANEXO DO PROJETO DE OBRAS

CODIGO	ESPECIFICACAO	UNIDADE	QUANT.	FONTE	VALOR (CR\$ 1000)
TOTAL					

Obs. - O Anexo do Programa de Obras será apresentado por Órgão, Unidade e Projeto/Atividade (P/A) e por região ou município, dependendo do nível de agregação da obra. Na coluna do "código" aparecerá o código do P/A e o número sequencial da obra. Na coluna de "especificação" aparecerá o nome do P/A, seguido da região ou município e da descrição da obra. Na coluna de "unidade" será apresentada a unidade de medida da obra. Na coluna "quantidade" será quantificada a unidade de medida. Na coluna "fontes" será especificada a origem dos recursos para a execução da obra, se do Tesouro (T) e se de Outras Fontes (OF). Se a obra tiver recursos do Tesouro e de Outras Fontes deverá aparecer uma linha com T e outra com OF. Na coluna "valor" será apresentada a quantidade de recursos do Tesouro (T) e de Outras Fontes (OF) para cada obra.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 035/94

Curitiba, 15 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com aquisição de equipamentos de informá-

tica.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamento de dotação, conforme Anexos II e IV desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V, VI, VII e VIII desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	INÍCIO	VALOR	INÍCIO
0000	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	I	I	I	I
2302	IGABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
2077	PROGRAMAÇÃO A CARGO DA CRE	I	4311	500.000	11217
T O T A L				500.000	
CANCELAMENTO		A N E X O		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA DA DESPESA	INÍCIO	VALOR	INÍCIO
4500	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	I	I	I	I
4502	IGABINETE DO SECRETARIO - IDENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I
2057	PROGRAMAÇÃO A CARGO DO IAP	I	4311	500.000	11219
T O T A L				500.000	

SUPLEMENTACAO ANEXO III FL. 02
DA DESPESA ANEXO CRS 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILDT	VALOR	IN. DO
I		I	I		IPROD
I		I	I		ICOP
2400	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I		I
		I	I		I
		I	I I		I
2456	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO - CRE	I	I I		I
		I	I I		I
2699	ARRECADACAO E FISCALIZACAO DE TRIBUTOS	I	I I		I
		I	I I		I
		I	4121.0010011	500.000	11219
T O T A L				500.000	I

CANCELAMENTO ANEXO IV FL. 02
DA DESPESA ANEXO CRS 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	ILDT	VALOR	IN. DO
I		I	I		IPROD
I		I	I		ICOP
4600	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I	I I		I
		I	I I		I
		I	I I		I
4696	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	I	I I		I
		I	I I		I
2405	ADMINISTRACAO GERAL E POLITICAS DE MEIO AMBIENTE, RECURSOS HIDRICOS, CARTOGRAFIA E FUNDIARIA	I	I I		I
		I	I I		I
		I	4100.0010911	500.000	11219
T O T A L				500.000	I

SUPLEMENTACAO ANEXO V FL. 03
DA RECEITA ANEXO CRS 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	ILDT	VALOR	IN. DO
I		I		IPROD
I		I		ICOP
	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA - ENTIDADES VINCULADAS	I		I
		I		I
		I		I
	COORDENACAO DA RECEITA DO ESTADO - CRE	I		I
1412.49.00	RECURSO ORDINARIO NAO VINCULADO	I 00	500.000	11219
T O T A L				500.000

CANCELAMENTO ANEXO VI FL. 03
DA RECEITA ANEXO CRS 1.000,00

CODIGO	ESPECIFICACAO	ILDT	VALOR	IN. DO
I		I		IPROD
I		I		ICOP
	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE ENTIDADES VINCULADAS	I		I
		I		I
		I		I
	INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANA - IAP	I		I
2412.09.00	TRANSFERENCIAS DE TITULOS DA DIVIDA AGRARIA	I 09	500.000	11219
		I		I
T O T A L				500.000

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO VII	FL. 01
		ANEXO	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1113.02.00	Imposto s/Operacoes Relativas a Circula- cao de Mercadorias e sobre Prestacao de Servicos de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicacao	00	500.000
T O T A L			500.000

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO VIII	FL. 01
		ANEXO	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO		
1721.02.00	Titulos da Divida Agraria	09	500.000
T O T A L			500.000

MENSAGEM N° 036/94

ANTEPROJETO DE LEI

Curitiba, 15 de abril de 1994.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova abertura de crédito suplementar no valor de CR\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, visando atender despesas com transferências a municípios.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a V. Exa. as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) MÁRIO PEREIRA
Governador do Estado

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de CR\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros reais), conforme Anexos I e III desta lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II e IV desta lei.

Art. 3° - Em decorrência do contido nos artigos desta lei, fica alterado o Demonstrativo da Receita, conforme Anexos V e VI desta lei.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I	FL. 01
DA DESPESA ANEXO			CRC 1.000,00
I	I	INATUREZA	IN DOI
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA IFTIDI	IPROCI
		IDESPESA I IRI	ICOP I
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO	I I I I	I I
	DESENVOLVIMENTO URBANO	I I I I	I I
		I I I I	I I
4102	CABINETE DO SECRETARIO -	I I I I	I I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I I I I	I I
2462	PROGRAMACAO A CARGO DA FAMEPAR	I 4311.04100ILI	2.500.000 I36671
		T O T A L I	2.500.000 I

CANCELAMENTO		ANEXO		FL. 01	
DA DESPESA		ANEXO		CR\$ 1.000,00	
ICODICI	ESPECIFICACAO	INATUREZA	ILTI	VALOR	IN. DOI
I	I	I DA	IFTIDI		IPROCI
I	I	IDESPESA	IRI		ICOP I
4100	SECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I
	DESENVOLVIMENTO URBANO	I	I I I		I
		I	I I I		I
4102	GABINETE DO SECRETARIO	I	I I I		I
	IDENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
2661	PROGRAMACAO A CARGO DA CONED	I 4311.01120	IRI	2.500.000	13667
TOTAL				2.500.000	I

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I	FL. 02
DA DESPESA ANEXO			CRS 1.000,00
* * *		* * * *	*
I		I	I
ICODICI	ESPECIFICACAO	INATUREZA I I I	IN DOI
I		I DA IFTIDI	IPROCI
I		IDESPESA I IRI	ICOP I
* * *		* * * *	*
I 4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I I I I	I I
I	IDESENVOLVIMENTO URBANO -	I I I I	I I
I	IDENTIDADES VINCULADAS	I I I I	I I
I		I I I I	I I
I 4286	IINSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS	I I I I	I I
I	IHUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -	I I I I	I I
I	IFAMEPAR	I I I I	I I
I 2530	IASSISTENCIA TECNICA EM	I I I I	I I
I	IDESENVOLVIMENTO MUNICIPAL	I 4323.00I00ILI	2.500.000 I3667I
* * *		* * * *	*
T O T A L I			2.500.000 I

CANCELAMENTO DA DESPESA		ANEXO	ANEXO IV	FL. 02	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	NATUREZA DA DESPESA	IL IFTIRI	VALOR	IN.DOT IPROCI ICOP
4200	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I
4208	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMECI	I	I I I		I
1129	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PARA A REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA	I	I I I		I
	I - PIRMC	I	I I I		I
		I 4130.00	I 20 I R I	2.500.000	136671
TOTAL				2.500.000	I

ACRESCIMO DA RECEITA		ANEXO	ANEXO V	FL. 01	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO				
1113.02.00	Imposto s/Operacoes Relativas a Circula- cao de Mercadorias e s/Prestacao de Ser- vicos de Transporte Interestadual e In- termunicipal e de Comunicacoes.	00	2.500.000		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	INSTITUTO DE ASSISTENCIA AOS MUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA - FAMEPAR				
12412 49 00	Recurso Ordinario nao Vinculado	00	2.500.000		

REDUCAO DA RECEITA		ANEXO	ANEXO VI	FL. 01	CR\$ 1.000,00
CODIGO	ESPECIFICACAO	FT	VALOR		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE RECOLHIMENTO CENTRALIZADO				
2119.02.00	Operacoes de Credito Internas - Vincu- ladas	20	2.500.000		
	DEMONSTRATIVO DA RECEITA POR FONTES				
	COORDENACAO DA REGIAO METROPOLITANA DE CURITIBA - COMEC				
2412.20.00	Operacoes de Credito Internas - Vincu- ladas	20	2.500.000		

Offícios:

Sob o nº DTL/SAT/035/94, do Senhor ex-Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº:

071/94: do PODER EXECUTIVO, que converte em URV, conforme especifica, os vencimentos dos servidores do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.730. **Anote-se. Arquite-se.**

Sob o nº ATCC 6290/94, do Senhor CASTO QUINTANA, ex-Chefe da Casa Civil, em resposta ao PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitado pela Deputada EMILIA BELINATI ao Governo do Estado, pedindo esclarecimentos sobre "BOLETIM Nº 28 DA POLÍCIA MILITAR". **Ao conhecimento da Senhora Deputada interessada.**

Sob o nº 2655/94, do Senhor IVAN GRADOWSKI, Diretor Geral do Tribunal Regional Eleitoral, comunicando decisão do Tribunal Superior Eleitoral, nos autos nº 14.203/93-DF, referente a consulta formulada pelo Deputado Federal VITAL DO REGO, que considerou inelegível, para qualquer cargo eletivo, o parlamentar que, Presidente do Poder Legislativo, substitua o Chefe do Poder Executivo nos seis meses anteriores ao pleito. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 150/94/DNRC/COINF, do Senhor CARLOS ALBERTO FERNANDES - Diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio, comunicando que foi firmado entre esse Departamento, órgão integrante da Secretaria da Política Comercial, do Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, e a Junta Comercial do Estado do Paraná - JUCEPAR, o convênio nº 001/94, no valor de CR\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de cruzeiros reais), objetivando a aquisição de equipamentos e material permanente, com vistas a informatização dos serviços de registro do comércio prestados pela JUCEPAR. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/036/94, do Senhor Governador do Estado, encaminhando planilha demonstrativa da alocação de recursos provenientes da extinção do Fundo de Previdência do Estado, no período de 01 a 21 de fevereiro do corrente ano, data esta em que apresentou saldo zerado. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DTL/SAT/037/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE o Projeto de Lei nº 480/93, de autoria do Deputado LUIZ HENRIQUE BONA TURRA, por julgá-lo inconstitucional. **A Comissão de Constituição e Jus-**

tiga.

Sob os nºs DTL/SAT/038, 039, 040, 041, 042 e 043/94, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

093/92: de autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que declara de Utilidade Pública o Asilo São João Batista, no Município de Tapejara - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.731. **Anote-se. Arquite-se.**

688/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a cessão em doação do veículo Kombi Passag/86, placas BO 8777, de propriedade do ISEP, ao Asilo São Vicente de Paula de Joaquim Távora - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.732. **Anote-se. Arquite-se.**

692/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a cessão em doação do veículo Kombi Passag/84, placas BF 7483, de propriedade do ISEP, ao Hospital Municipal Ana Fiorillo Menarim, do Município de Castro - PR, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.733. **Anote-se. Arquite-se.**

689/93: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que autoriza a cessão em doação dos veículos de propriedade do ISEP, às Prefeituras Municipais, o qual convertido em Lei, tomou o nº 10.734. **Anote-se. Arquite-se.**

486/93: De autoria do Deputado DIRCEU MANFRINATO, que dispõe sobre dispensa de alunos quando da realização de eventos educacionais e culturais promovidos pelo Estado, em conjunto com os municípios, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.735. **Anote-se. Arquite-se.**

623/93: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação do Centro Social Beneficente de Itaperuçu - ACESBI, o qual convertido em Lei tomou o nº 10.736. **Anote-se. Arquite-se.**

Indicações:**INDICAÇÃO**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições inerentes a Liderança do PMDB, respeitosamente **indica** membros para comporem as Comissões Permanentes desta Casa de Leis, conforme especifica:

1 - Comissão de Constituição e Justiça

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Toti Colaço	Severino Félix
Casto Quintana	Djalma de A. César
Arlindo Troian	Durval Amaral

2 - Comissão de Finanças

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
----------------	-----------------

Djalma de A. César José Afonso Júnior
Durval Amaral José Tavares

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) RENATO ADUR

Líder do Governo e PMDB

3 - Comissão de Orçamento

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Djalma de A. César	Caíto Quintana
Durval Amaral	José Afonso Júnior

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Comunicamos através desta, que passa a ocupar a vice-Liderança do Partido Democrático Trabalhista - PDT, o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) PAULO MAIA

Líder da Bancada do PDT

4 - Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Severino Félix	Durval Amaral

5 - Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Domingos Carvalho	José Tavares
Arlindo Troian	Caíto Quintana

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 796

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no disposto pelo artigo 182 do Regimento Interno e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 112/94, Mens. n° 018/94, de autoria do Poder Executivo, que dispõe sobre acionista controlador, Banco do Estado do Paraná S/A, conceda à incorporação da empresa controlada, BANESTADO S/A - Crédito Imobiliário.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) RENATO ADUR

6 - Comissão de Educação, Cultura e Esportes

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Cleiton Kielse	Caíto Quintana
Durval Amaral	Toti Colaço

7 - Comissão de Terras, Imigração e Colonização

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Toti Colaço	Severino Félix
José Afonso Júnior	Caíto Quintana

8 - Comissão de Segurança Pública

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
José Tavares	Toti Colaço
Arlindo Troian	Domingos Carvalho

REQUERIMENTO N° 806

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com fulcro no disposto pelo art. 182 do Regimento Interno deste Poder e, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER regime de urgência para o Projeto de Lei n° 121/94, que cria o Conselho Estadual de Saúde. Tal proposição visa legalizar a constituição do Conselho, uma vez criado ilegalmente por Decreto do Executivo.

A ilegalidade já foi reconhecida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que, em 13 de dezembro último, suspendeu, liminarmente, todas as atividades do aludido Conselho, pois que a forma correta de criação somente pode decorrer de lei, como determina a Constituição Estadual, em seu art. 169, inciso III. Daí a apresentação da proposição, pedido de urgência em sua apreciação.

Outrossim, cumpre ressaltar que a aprovação pelo soberano Plenário, do referido plano de lei servirá também para reafirmar os poderes do Legislativo, que foram usurpados em sua competência legiferante pelo Executivo.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

11 - Comissão de Tomada de Contas

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
José Afonso Júnior	Caíto Quintana
Durval Amaral	Djalma de A. César

12 - Comissão de Turismo

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
José Afonso Júnior	Cleiton Kielse
Domingos Carvalho	Severino Félix

13 - Comissão de Ecologia e Meio Ambiente

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Toti Colaço	José Afonso Júnior
Cleiton Kielse	José Tavares

14 - Comissão de Fiscalização

<u>Titular</u>	<u>Suplente</u>
Arlindo Troian	Domingos Carvalho
Durval Amaral	Caíto Quintana

REQUERIMENTO N° 818

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

REQUERIMENTO N° 811

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, definir a data do Seminário de Saúde para os dias 06 e 07 de maio do corrente ano.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Na data definida acima, avaliamos ser um prazo razoável para que o novo secretário do Governo Estadual (especialmente as Secretarias de Saúde e Administração) possa contribuir no debate sobre o Programa de Saúde do Trabalhador do Serviço Público Estadual.

REQUERIMENTO N° 819

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o encaminhamento de solicitação ao Sr. Diretor-Presidente da FUNDEPAR, Elerian Zanette, para que adquira exemplares do livro em anexo, destinando-os às bibliotecas da rede estadual de ensino.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O livro "Guahyrá - Guaíra" de autoria de Hortência Z. Muntoreanu, constitui-se numa importante obra que procura resgatar a memória da Cidade de Guaíra e região, colocando muitos dados e fatos de uma forma bem apresentada. Esta obra, resultante de uma primorosa pesquisa e elaboração, possui, sem dúvida, grande importância histórica-cultural, de especial interesse das escolas, vindo certamente a enriquecer seus acervos bibliográficos.

REQUERIMENTO N° 769

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Júlio Carneiro, ocorrido no dia 27 de março do corrente ano, na localidade de Soca-

vão - Distrito de Castro/PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: APROS - Caixa Postal n° 5 - Socavão - Distrito de Castro/PR.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 27 de março de 1994, faleceu o Senhor Júlio Carneiro, seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amigos que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 770

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Pedro Bueno, ocorrido no dia 09 de abril do corrente ano, na Cidade de Castro/PR.

Requer ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada no seguinte endereço: Rua Miguel Couto - Castro/PR.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

No dia 9 de abril de 1994, faleceu o Senhor Pedro Bueno, seu passamento veio abrir uma enorme lacuna no seio de sua família, bem como de todo o grande círculo de amizades que possuía.

E hoje, entristecidos desejamos endereçar à família, votos de pesar, rogando a Deus que a todos possa confortar.

REQUERIMENTO N° 771

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Ursula Elizabeth Henriette de Mari, ocorrido nesta Capital no dia 11 de abril próximo passado.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Doutor Mário de Mari, à Rua Presidente Farias n° 563, Edifício Santorini, Cobertura, Bairro Centro, Curitiba - Paraná, CEP 80020-290.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) ERONDY SILVÉRIO

JUSTIFICATIVA:

A Senhora Ursula Elizabeth Henriette de Mari, membro de tradicional família, deixa viúvo o Senhor Mário de Mari, ex-Presidente da Federação das Indústrias do

Estado do Paraná, e dois filhos, Carmem Lúcia de Mari e Mário de Mari Júnior, dos quais era esposa e mãe extremosa, cuja ausência deixa no seio de sua família e entre seus amigos uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO N° 785

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Nilva Prestes Mattar, ocorrido dia 12 de abril em Ponta Grossa.

Pessoa de grande estima e amizades, caridosa, olhava pelo irmão desamparado, com seu passamento deixará amigos e parentes enlutados.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência em nome da família enlutada, sito à Rua Balduino Taques, 480, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 786

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Terleski, pelo passamento da Senhorita Terezinha Terleski, ocorrido em Irati, no dia 29 de março de 1994.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 787

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja enviado votos de pesar à família Andrade, pelo passamento da Senhorita Maria da Luz Andrade, ocorrido em Irati, no dia 20 de março de 1994.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 798

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar pelo falecimento do Senhor Bady Miguel Espiridião, ocorrido dia 16/04/94 na Cidade de Ponta Grossa-PR.

Pessoa bem relacionada, de grande capacidade intelectual, que com sua morte deixará muitos amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Cel. Cláudio, 1.229,

em Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 799

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento da Senhora Maria Ribas, ocorrido dia 15 de abril de 1994, em Curitiba-PR.

Pessoa de grande estima, caridosa, bastante religiosa, que com seu passamento deixará amigos e parentes com saudades.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Visconde do Rio Branco, 256 - Apto. 102 em Curitiba-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 800

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Yoshiaki Okita, ocorrido no dia 14 de abril de 1994, em Ponta Grossa-PR.

O Senhor Yoshiaki era um agricultor muito estimado, tinha muitas amizades, e com certeza amigos e parentes sentirão sua falta.

Requer ainda, que a decisão desta Casa, seja dada ciência, em nome da família enlutada, sito à Rua Doutor Paula Xavier, n° 82, em Ponta Grossa-PR.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 802

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido em Ata da presente Sessão, votos de pesar pelo falecimento do Senhor Bady Miguel Esperidião, ocorrido no último dia 16 de abril, em Ponta Grossa.

O Senhor Bady Miguel Esperidião tinha 75 anos de idade. Foi conceituado comerciante atacadista, tendo, ao longo de sua vida, prestado relevantes serviços à Cidade de Ponta Grossa.

Deixa viúva a Senhora Erica Schubert Esperidião e 03 filhos: Helena, casada com Paulo Lobo; Bady Miguel Esperidião Filho, casado com Daniele Hilgemberg Esperidião e Cristiane Esperidião. Deixa, ainda, 4 netos.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família, enviando votos de profundo pesar,

no seguinte endereço: Coronel Dulcídio, 1229, CEP 84010.280 - Ponta Grossa - PR.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

REQUERIMENTO N° 804

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, o voto de pesar, pelo falecimento do Senhor Antenor Dal Pozzo, pioneiro de Ivaiporã, no último dia 07 pp., cujo trabalho muito contribuiu pelo progresso do município e região. Requer ainda, seja oficiado à família enlutada na pessoa da viúva Senhora Geracina P. Dal Pozzo, com os sentimentos do Deputado abaixo assinado, enviando-se para a Rua Serra da Bocaina, Jardim São Jerônimo, 108 - Itaquaquecetuba - SP.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) ORLANDO PESSUTI

JUSTIFICATIVA:

O Senhor Antenor Dal Pozzo, em vida foi exemplo de trabalho honrado, deixando viúva, dez filhos e 32 netos, além de noras e genros.

Homem honrado e trabalhador deu muito de si na construção do progresso do Município de Ivaiporã, razão pela qual esta Assembléia presta a ele sua última homenagem.

REQUERIMENTO N° 807

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Yoshiaki Okita, ocorrido no dia 14.04 próximo passado, em Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Senhora Kiyokto Okita, e deixa três filhos. O mesmo era agricultor na região dos Campos Gerais, tendo sido durante toda sua vida um grande lutador pela valorização do homem do campo.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência aos familiares, através de correspondência enviada à Rua Paula Xavier, 82, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 808

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Bady Miguel Esperidião, ocorrido no último sábado (16.04), no Município de Ponta Grossa.

O extinto era casado com a Senhora Érica S. Esperidião e deixa 3 filhos. Era

comerciante da Cidade de Ponta Grossa, tendo sido sempre um empreendedor capaz e confiante no progresso da região dos Campos Gerais.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento aos seus familiares através de correspondência encaminhada à Rua Cel. Dulcídio, 1229, em Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 809

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de profundo pesar pelo falecimento da Senhora Nilda Hilgemberg Prestes Mattar, ocorrido na última terça-feira (12.04), no Município de Ponta Grossa.

A extinta era viúva do Senhor Romeu Prestes Mattar, eminente médico da Cidade de Ponta Grossa, deixa quatro filhos.

De família tradicional, era muito conhecida na cidade, principalmente por suas atividades beneficentes voltadas para o bem-estar dos menos favorecidos.

Requer ainda, que da decisão desta Casa seja dada ciência aos seus familiares através de correspondência encaminhada à Rua Dr. Joaquim de Paula Xavier, 775, Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 784

Senhor Presidente.

O Deputado, que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam concedidos votos de congratulações ao Presidente do Comitê de Coordenação Estadual, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, bem como ao Secretário Executivo, Dr. Antenor Ribeiro Bonfim, pela implantação do Projeto Celeiro da Cidadania em Ponta Grossa.

O Projeto Celeiro da Cidadania visa levar para a creche 600 mil crianças de 0 a 6 anos em todo Estado, num prazo de 6 anos.

Requer ainda, que da decisão desta Casa, seja dada ciência ao Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, e ao Dr. Antenor Ribeiro Bonfim.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) LUIZ CARLOS ZUK

REQUERIMENTO N° 779

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER seja inserido em ata dos trabalhos desta Casa,

votos de louvor e congratulações ao Senhor Juvenal Pedro Cim, Presidente reeleito do Sindicato dos Empregados em Entidades Culturais, Recreativas, de Assistência Social, de Orientação e Formação Profissional, no Estado do Paraná - SENALBA. A eleição foi realizada nos dias 29 e 30 de março último, com a finalidade de compor a Diretoria, Conselho Fiscal e Delegados representantes do Sindicato, transcorrendo de forma tranqüila, sendo que 85% dos associados, através do voto, aprovaram à sua administração, sublinhando a responsabilidade de seus liderados frente aos compromissos assumidos junto à categoria.

Vimos com grande simpatia esta liderança, motivo este que nos levou a propor este voto de louvor e congratulações ao Senhor Juvenal Pedro Cim, pedindo que se faça chegar aos seus companheiros de Chapa os mais escolhidos votos de parabéns e o desejo de pleno sucesso, extensivo aos seus 3619 (três mil e seiscentos e dezoito) associados.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 816

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, votos de aplausos e louvor à Vereadora Professora Gilda Anersvald, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense, através da prevenção das drogas.

Considerando que esta semana, durante o 5° ano consecutivo, Faxinal apresentou uma grandiosa "gincana da Prevenção das Drogas", com a participação de toda a comunidade escolar e da população em geral; considerando que todo este trabalho tem sido coordenado, estimulado e implementado pela Professora Gilda Anersvald, com repercussão em todo o Brasil, referências em Congressos na República Dominicana e na Tailândia.

Outrossim, informo, uma vez ouvido o Plenário, seja dada ciência à homenageada, à Câmara Municipal de Faxinal, às demais autoridades do referido município.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) JOSÉ TAVARES

JUSTIFICATIVA:

Considerando, que o problema das drogas assumem proporções tenebrosas no mundo, no Brasil e no Paraná.

Considerando, que segundo o Senhor Secretário Geral da O.N.U., Peres de Cuelar, a gravidade das drogas hoje é tão importante como as pestes que assolaram o mundo no passado.

Considerando, que devem ser estimulados aqueles abnegados que trabalham real-

mente na prevenção das drogas.

Considerando que, segundo o psiquiatra Dr. Heber Soares Vargas, Presidente do Conselho Estadual de Entorpecentes, é em Faxinal que se realiza o melhor Programa Comunitário de Drogas do Paraná e quicá do Brasil.

REQUERIMENTO N° 817

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o douto Plenário desta Casa, REQUER, votos de aplausos ao Grupo Jabur, por ter atingido a marca de 01 milhão de recapagens.

Outrossim, informo, que o Grupo Jabur responde por 20% (vinte por cento) de todas as recapagens Bandag do País. O referido grupo é o primeiro da América Latina a atingir essa marca.

Requer ainda, após aprovação deste, seja dada ciência ao Grupo Jabur, na pessoa do seu Presidente, Senhor João Jabur Abdala, à Avenida Nassim Jabur, 249 - Cx. Postal n° 1371 - CEP 86001-970 - Londrina - PR.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) JOSÉ TAVARES

REQUERIMENTO N° 782

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER à Mesa, seja encaminhado solicitação oficial ao Exmo. Sr. Dr. Mário Pereira - Digníssimo Governador do Estado, no sentido de que determine à Secretaria de Estado da Agricultura, a realização de estudos através do Programa Paraná Rural, objetivando a liberação de recursos ao Município de Florai para a execução de projeto de recuperação de fundo de vale existente no município.

- Abrangendo uma área de mais de 3 alqueires, esse fundo de vale exige recuperação imediata. Para a execução do Projeto, metas deverão ser atingidas, a saber:
- a - Desapropriação de pelo menos 2 alqueires;
 - b - Recuperar o manancial ali existente, com a finalidade de desenvolver a piscicultura no local;
 - c - Recuperação da mata ciliar, com o cultivo de plantas naturais da região e árvores frutíferas;
 - d - Construção de uma área de lazer para a Comunidade;
 - e - Exploração do Turismo.

Este projeto reveste-se de grande importância ao município de Florai, face a seu amplo alcance social, uma vez que objetiva suprir algumas das necessidades básicas da população, que é o saneamento, a

alimentação, o lazer, e também, de forma direta, a geração de empregos.

Por esses motivos e por considerar de grande importância o solicitado, para a Comunidade local, é que trago tal reivindicação à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis.

Requeiro ainda, que do presente se dê ciência ao Prefeito do Município de Flo-raí.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 772

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Ministro de Estado da Fazenda, Dr. Rubens Ricúpero, no sentido de que este determine a imediata elaboração de estudos para que o repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), seja convertido em Unidade Real de Valor (URV), objetivando a sobrevivência dos mesmos, tendo em vista a defasagem de cerca de 70% dos últimos repasses.

Requer outrossim, o envio de correspondência alusiva ao presente requerimento, a Associação dos Municípios do Paraná, na pessoa de seu Presidente o Sr. Luís Amaral.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se tal proposição, tendo em vista o fato de que, em face da transformação de praticamente todos os preços e serviços em URV, têm os municípios que conviver com esta realidade, encontrando-se em situação calamitosa, eis que o repasse do FPM, fonte primordial de suas receitas, está sendo feito em cruzeiros reais, o que causou somente nos meses de vigência da URV, cerca de 70% de defasagem.

Tal fato mencionado acima, tem ocasionando um verdadeiro desastre financeiro aos municípios, que não estão tendo condições de arcar com o pagamento mensal dos funcionários, bem como com o pagamento de obras e serviços, face a defasagem de sua receita.

Reveste-se então de caráter imprescindível a elaboração de estudos para a "URVIZAÇÃO" do repasse do FPM aos municípios, por ser de urgente e dramática necessidade.

REQUERIMENTO N° 773

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que

seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de ligar a água no Conjunto Sítio Cercado VI, tendo em vista que já fazem 3 meses foi entregue o loteamento aos compradores e até agora não dispõem desse serviço. Alegam os proprietários que as instalações da rede de água estão prontas, faltando somente a sua ligação. Pedem urgência no atendimento do presente pedido, uma vez que várias famílias estão sofrendo com a falta de água.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 774

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de sanar o problema de um cano de esgoto estourado localizado à Rua Pedro Faucz, no Conjunto Saturno, em frente a uma cancha de futebol e ao lado da escola do conjunto. O mau cheiro é insuportável e está causando muito transtorno a todos que residem nas proximidades. Pedem urgência no atendimento, tendo em vista que o pedido já foi feito pelos moradores do local diretamente à SANEPAR, porém infelizmente não foram atendidos.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 775

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, para que instrua a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, no sentido de colocar mais relógios marcadores de consumo de água na Travessa A, n° 48 - Vila Pompéia. O pedido está sendo feito pelos moradores do local e como o terreno é de invasão só tem um relógio para todos eles, não havendo como controlar o gasto de uma maneira correta, e consequentemente a conta vem muito alta. Pedem eles que pelo menos fosse colocado mais um relógio pois já resolveria o problema.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 776

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomuni-

cações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de proceder a recolocação do telefone público na Av. Senador Salgado Filho, em frente ao Horto Municipal de Curitiba - Guabirotuba, tendo em vista que o mesmo foi retirado para reparos há dois meses atrás e faz muita falta aos moradores do local. Pedem que seja recolocado o aparelho o mais breve possível pois inúmeras pessoas serão beneficiadas.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 777

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente a Telecomunicações do Paraná S/A - TELEPAR, no sentido de atender o pedido dos moradores do bairro do Pinheirinho, quanto a instalação de um aparelho de telefone público à Rua Vinte e Dois, n° 5511, em frente a Loja de Materiais de Construção Gaúcho - Jardim da Ordem. Pedem os moradores do local que seu pedido seja atendido uma vez que será de grande valia para todos.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 778

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de São José dos Pinhais, no sentido de atender o pedido feito pelos pais de alunos excepcionais da Escola Mercedes Stresser em Curitiba, quanto a fiscalização dessa municipalidade nos ônibus que transportam seus filhos ao estabelecimento de ensino. Ocorre que há vários dias o ônibus não passa para apanhar as crianças e as mesmas ficam desde as 5 horas da manhã aguardando-o. Pedem que a Prefeitura resolva esse problema o mais breve possível tendo em vista os sérios transtornos a que os pais e crianças estão passando devido a falta do ônibus.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 780

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Campo Largo, no sentido de retificar alguns dados constantes do Requerimento LCM/AL/5935 de 25 de março do corrente, a seguir: os reparos solicitados são em uma estrada municipal que começa no

Km 59 da Estrada do Cerne e não na Estrada do Cerne. A citada estrada passa pelo Pico do Agudo e termina na chácara do Sr. Davi Hortêncio, no Rio Assungui, na localidade de Três Córregos, sendo que a mesma encontra-se intransitável e com muitas valetas. Pedem urgentemente que a Prefeitura determine uma máquina afim de arrumar a estrada.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO N° 781

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Reinaldo José Rodrigues dos Santos, DD. Secretário de Estado do Desenvolvimento Urbano, no sentido de viabilizar estudos para liberação de recursos financeiros necessários a instalação de uma usina de reciclagem e compostagem de lixo para as Prefeituras dos Municípios de SARANDI, MANDAGUAÇU, FLORAI, DOUTOR CAMARGO e SÃO JORGE DO IVAÍ.

O crescimento populacional destes municípios apresenta, como qualquer outra cidade, problemas de ordem social, de segurança, de saúde e outros. Um destes, é o lixo urbano, pois muitas toneladas/dia são coletadas no centro e despejadas em locais periféricos da cidade, os quais trazem sérios riscos de saúde à população ali residente que, por consequência sócio-econômica, são as mais carentes.

Uma vez em se tratando de importante reivindicação, que não só representa o interesse das lideranças políticas locais, mas da população de um modo em geral, é que apresentamos esta solicitação, onde se espera dessa Secretaria de Estado, a verificação de tal problema e, conseqüentemente, o encaminhamento de medidas cabíveis.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 783

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Lobo Blasí, Digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, solicitando providências daquele órgão no sentido da liberação de recursos para a continuidade das obras de pavimentação asfáltica, com urgência, da estrada que liga os Municípios de Paigandu e Ourizona, bem como o desenvolvimento de estudos objetivando a construção do Contorno de Ourizona (PR-552), na extensão de 1.000 metros.

As obras de ligação entre as sedes

destes municípios, foram interrompidas após execução de pequeno trecho, ocasionando sérios transtornos aos usuários, principalmente aos que transportam matéria-prima para a Usina de Alcool Paçandu, existente na rodovia, já que a rodovia se encontra em péssimas condições de tráfego.

Quanto a construção do Contorno de Ourizona, é medida que visa transferir o tráfego de carga pesada do centro da cidade para a periferia.

Nesse sentido, espera-se por parte desta Secretaria de Estado dos Transportes, o atendimento dessa solicitação, contribuindo assim, para a eliminação dos problemas relatados.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 788

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Senhor José Carlos Tibúrcio, Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, solicitando a liberação de sementes à Associação Comunitária Regional do Guamirim, no Município de Irati.

Tal solicitação visa a distribuição de sementes aos pequenos agricultores da localidade de Guamirim, fornecendo a estes maiores condições de plantio de culturas básicas como milho e feijão.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 789

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto e soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilustríssimo Senhor Marco Antônio Cenovicz, Diretor Presidente da SANEPAR - Companhia de Saneamento do Paraná, solicitando a ampliação da rede de esgotos do Município de Inácio Martins.

A presente solicitação visa a melhoria da saúde física e a qualidade de vida da população mais carente.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 801

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER envio de expediente às seguintes autoridades:

- 1) Presidente do Senado Federal;
- 2) Presidente da Câmara dos Deputados;
- 3) Ministro de Estado da Fazenda;

4) Ministro de Estado do Planejamento;

5) Bancada do Paraná no Senado Federal e na Câmara dos Deputados,

objetivando o empenho das mesmas, para que sejam criados instrumentos legais e eficazes que permitam apurar as reais razões da sangria imposta aos cofres municipais; e em segundo lugar, que viabilizem um acompanhamento cuidadoso de todo o processo de arrecadação e distribuição da referida receita.

Requer também a adoção de medidas que possibilitem a adoção da URV para corrigir as receitas transferidas às Prefeituras Municipais.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

A Associação dos Municípios do Estado do Paraná - AMSOP, encaminhou-nos documento, datado do dia 12 de abril próximo passado, através do qual manifestou sua preocupação com a constante queda no volume de recursos provenientes do Fundo de Participação dos Municípios.

Levantamento efetuado pela AMSOP, tomando por base um município com índice 1.2, revela uma perda superior a 40 milhões de cruzeiros reais nos meses de fevereiro e março, se analisado o desempenho do FPM nos meses anteriores. Para melhor compreensão, os valores foram convertidos em URV:

MÊS/1993	URV's
Novembro.....	80.990,26
Dezembro.....	86.721,51
<hr/>	
MÊS/1994	URV's
Janeiro.....	80.139,26
Fevereiro.....	55.532,84
Março.....	65.343,00

Tal situação é incompreensível, tendo em vista as grandes dificuldades enfrentadas pelos municípios brasileiros, que não têm tido recursos suficientes para cobrir nem mesmo as despesas decorrentes da satisfação de prioridades das suas comunidades, e num momento em que o Governo Federal anuncia sucessivos recordes na arrecadação de impostos. A consequência natural desta injustificável perda na arrecadação é a desestruturação progressiva dos serviços municipais e a instalação de um verdadeiro caos.

Um outro fato reforça o problema vivido pelos municípios. Todas as despesas efetuadas e pagas pelas administrações municipais, vêm sendo corrigidas pela variação da URV e, em muitos casos, até mesmo acima dos índices oficiais adotados pelo

Governo. No entanto, as receitas transferidas às Prefeituras não sofrem qualquer reajuste no período entre o fato gerador da receita até o seu recolhimento, gerando prejuízos que não podem persistir sob pena de inviabilizar-se ainda mais as administrações municipais.

Assim sendo, finalizamos certos do apoio dos nobres Pares, visando o encaminhamento deste Requerimento, para a adoção de medidas que possam corrigir as distorções apontadas com a máxima urgência possível.

REQUERIMENTO N° 805

Senhor Presidente.

A COMISSÃO DE FINANÇAS, por seu Presidente e Relator do Projeto de Lei n° 069/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 019/94, que autoriza a BANESTADO S/A - Informática, a criar e participar do capital social da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Limitada, que será composto e integralizado, conforme específica. REQUER, na forma prevista pelo art. 28, inciso V, combinado com o art. 131, ambos da Resolução n° 159/90, que independentemente de discussão e votação, se digne Vossa Excelência em encaminhar a BANESTADO S/A - Informática, para que se pronuncie, respondendo as questões em anexo.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE
OVIDIO CONSTANTINO

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 69/94

P A R E C E R:

A proposição em tela, originária do Executivo, através da Mensagem sob n° 019/94, autoriza a empresa BANESTADO S/A Informática criar e participar do capital social da BANESTADO Administradora de Cartões de Crédito Ltda., segundo específica.

Sob competência desta Comissão, conforme art. 33, § 3° do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, a matéria em exame apresenta-se incompleta. Faltam informações básicas, tais como as abaixo discriminadas:

1. Como será constituída a diretoria da nova empresa, tendo em vista o art. 30 da Constituição Estadual?
2. Qual a planilha de custos pré-operacionais de Crédito Ltda.?
3. Qual a previsão de retorno do capital investido?
4. O que, especificamente, a nova empresa vai oferecer aos correntistas e detentores de ação do BANESTADO?

Por conseguinte, solicitamos que o presente Projeto de Lei retorne em diligência a BANESTADO S/A Informática para complementação, ao final do que, de posse

dessas informações, possamos emitir parecer.

Sala das Comissões, em 11.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
OVIDIO CONSTANTINO - Relator

REQUERIMENTO N° 812

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de Pedido de Informações ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Administração, solicitando respostas às seguintes questões sobre o médico Luciano Dias de Oliveira Reis, conveniado do Instituto de Previdência do Estado - IPE:

1. O médico supracitado é conveniado do IPE, junto ao Município de Santo Antônio da Platina, desde que data?
2. Nos últimos oito (08) meses, qual o nome completo e endereço das pessoas atendidas pelo mesmo, através do convênio com o IPE?
3. No mesmo período de tempo, qual o valor pago a esse médico pelo IPE, consulta por consulta, individualizadamente?
4. Nos últimos oito (08) meses, quais as datas, individualizadamente, em que o referido profissional atendeu pacientes pelo IPE?
5. Qual o período de férias deste médico, se for o caso?
6. O mesmo requereu licença da prestação de atividades ao IPE nos últimos oito (08) meses?

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) JOSÉ ARTHUR RITTI

REQUERIMENTO N° 813

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, do pronunciamento do Senhor vice-Governador Mário Pereira, no cargo de Governador do Estado do Paraná.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador Mário Pereira.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

REQUERIMENTO N° 814

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transcrição, nos Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, do pronunciamento do então Governador Doutor Roberto Requião, proferido quando da transmissão do cargo ao vice Mário Pereira.

Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedido aos professores da Rede Estadual de Ensino, que exercem ou exerceram, até a data de 31/12/1994, atividades administrativas ligadas à área da Educação, o benefício do artigo 40, inciso I, letra "b", da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora propomos, tem por finalidade assegurar aos professores da Rede Estadual de Ensino que, por alguma circunstância, exercem ou exerceram, até a data de 31/12/1994, atividades administrativas ligadas à área da Educação, o benefício a eles assegurado pela Constituição Federal, de se aposentarem aos vinte e cinco anos de serviço, pela chamada "aposentadoria especial".

Os referidos professores, anteriormente amparados pela Constituição, foram surpreendidos pela determinação do Governo do Estado, uma vez que o desvio de função ocorreu, na grande maioria dos casos, pela deficiência de pessoal na área administrativa e dos casos, pela deficiência de pessoal na área administrativa e não por vontade própria, razão pela qual não consideramos justo os mesmos serem penalizados, já que estavam suprimindo uma necessidade dos serviços, uma vez que não foram realizados concursos para atender a demanda no setor.

Por se tratar de um benefício assegurado pela Constituição Federal, pedimos o apoio dos nobres pares para esta nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 131/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de São Manoel do Paraná, Estado do Paraná, o terreno que a seguir descreve: "Data de terras sob nº 16 (dezesseis), da quadra nº 17 (dezesete), perímetro urbano de São Manoel do Paraná, Município de São Manoel do Paraná, Comarca de Cianorte-PR, área de 639,00 metros quadrados, com as seguintes divisas, metragens e confrontações: Divide-se com a Rua Valter Kraiser ao S.E. numa frente de 15,00 metros; com a data nº 15 ao S.O. na distância de 42,60 metros; com a data nº 1 ao N.O. na largura de 15,00 metros e finalmente com a Rua Paranaguá ao N.E. numa extensão de 42,60 metros".

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DIRCEU MANFRINATO

JUSTIFICATIVA:

O terreno que ora se pretende doar ao Município de São Manoel do Paraná, será utilizado para a construção de um prédio escolar, visto que sobre o mesmo não existe qualquer benfeitoria, bem como está anexado à Escola Estadual Duque de Caxias, a qual oferece ensino de 5.^a a 8.^a série, e à Escola Municipal Monteiro Lobato, que oferece ensino de 1.^a a 4.^a série do 1º grau.

Assim, uma vez que até mesmo os recursos junto ao FNDE/MEC já estão sendo providenciados, estando apenas na dependência da doação que ora propomos, pedimos o apoio dos nobres pares para que aprovelem este nosso projeto.

PROJETO DE LEI Nº 132/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a transferência dos Servidores Públicos Estaduais lotados no ISEP - Instituto de Saúde do Estado do Paraná - para outras instituições públicas.

Art. 2º - A transferência dos servidores do ISEP para Prefeituras ou outras entidades prestadoras de Saúde na rede pública só ocorrerá:

I - com a anuência do servidor a ser transferido;

II - com ampla discussão pelos Conselhos de Saúde, estadual e municipais, dos motivos da transferência do servidor;

III - com a comprovação efetiva, através de relatórios, da imperiosa necessidade de transferência.

Parágrafo Único - Não sendo observados os critérios estipulados nos incisos supra, o servidor fica desobrigado do cumprimento da ordem de transferência, sem qualquer prejuízo funcional.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) DOUTOR ROSINHA

JUSTIFICATIVA:

Em 1980, iniciou no Brasil um processo de municipalização dos Serviços de Saúde, com o objetivo de criar um Sistema Único de Saúde (SUS). As regras, normas e atribuições foram definidas na Constituição Federal, aprovada em 1980 e depois na Lei Orgânica da Saúde em 19.12.90.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor Roberto Requião.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 127/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Mulheres do Conjunto Ilha Bela, com sede e foro na Cidade de Curitiba, Capital do Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

A proposta de declaração de Utilidade Pública à Associação de Mulheres do Conjunto Ilha Bela, vem reconhecer o esforço de uma plêiade de senhoras destinadas a desenvolver atividades em prol dos direitos e garantias femininos, visando um trabalho harmônico e integrado para a realização dos objetivos da referida associação.

Sendo assim, propomos o presente Projeto de Lei, contando com o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 128/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, com sede e foro no Município de Palmital, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.94.

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Palmital, é uma entidade que tem por finalidade precípua representar, perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais de sua categoria ou os interesses individuais de seus associados, bem como, colaborar com o Estado como órgão consultivo no estudo e solução dos problemas da categoria, prestando assistências diversas à referida classe, visando um trabalho harmônico e integrado.

Tendo em vista os benefícios aplicados aos associados, vemos a necessidade de declará-la de Utilidade Pública, por tra-

Curitiba, segunda, em 18.04.94

tar-se de medida de relevante interesse social, colocando o presente Projeto à apreciação dos nobres Pares desta Casa e, solicitando sua aprovação.

PROJETO DE LEI N° 129/94
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública o Clube das Senhoras do Conjunto Habitacional Monteiro Lobato, com sede e foro no Município de Ponta Grossa, Estado do Paraná.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

JUSTIFICATIVA:

O Clube das Senhoras do Conjunto Habitacional Monteiro Lobato que ora pretende declarar de Utilidade Pública, constitui uma entidade civil com sede em Ponta Grossa/PR, no salão de festas da Capela Nossa Senhora do Carmo do Conjunto Residencial Monteiro Lobato.

O Clube tem por finalidade prestar auxílio a pessoas carentes, confecção de enxovais para bebês, difundir princípios básicos de higiene, boa alimentação, costura, crochê, tricô, pintura em tecidos e trabalhos manuais em geral.

Para desenvolver essas atividades, realiza todas as terças-feiras reuniões de trabalho com as mães carentes que residem na periferia do conjunto, principalmente em favelas, orientando-as e transmitindo-lhes os mais variados ensinamentos morais, religiosos, além dos trabalhos manuais propriamente ditos.

As Senhoras do Clube, realizam também visitas periódicas às famílias cadastradas, levando-lhes apoio moral e material.

Visando promover o ser humano com incentivo a auto-estima e tentando inserí-los no meio social, o Clube realiza um lanche mensal para todas as Senhoras e seus filhos na sede da Entidade, ocasião em que são proferidas palestras, projetados filmes educativos, promovendo brincadeiras didático-pedagógicas.

Assim, todas as ações das Senhoras do Clube vêm cumprindo com raro cuidado, carinho e dedicação todos os objetivos da estrutura do Clube.

Diante do exposto, nada mais justo que venha a ser declarada de Utilidade Pública, para cuja proposição conta este parlamentar com o apoio dos seus pares com assento nesta Casa de Leis.

PROJETO DE LEI N° 130/94
A Assembléia Legislativa do

O Sistema Único de Saúde é uma forma de organizar a Assistência à Saúde, da melhor forma para garantir o acesso dos serviços de saúde para toda a população, independente de cor, raça, sexo, etc.

No decorrer dos anos 80 e 90 ocorreram várias portarias do Ministério da Saúde que foram normatizando a organização dos serviços de saúde prestados pelo Poder Público e sua relação com a rede privada.

Muitas atribuições que eram do Ministério da Saúde passaram para as Secretarias de Saúde de Estado e muitas ações destas Secretarias passaram para os municípios.

Com relação à política de Recursos Humanos iniciou em 1986 um Processo de Transferências dos Servidores Federais lotados no extinto INAMPS, para as Secretarias de Saúde dos Estados, e servidores destas Secretarias para as Prefeituras Municipais.

Atualmente a maioria dos Servidores do Estado já estão sob a gerência das Administrações Municipais, mas sendo pagos pelo Estado e regidos pelo Estatuto do Servidor Público (Lei nº 6174 de 16/11/70).

Nesse processo de transferência estão ocorrendo alguns problemas: algumas prefeituras estão colocando à disposição os servidores do Estado. Quando não tem Unidade de Saúde do Estado no município os servidores ficam obrigados a mudarem de cidade. Este fato vem ocorrendo com frequência, principalmente, quando os servidores do Estado reivindicam melhores condições de trabalho.

O projeto de lei que ora apresentamos prevê a garantia dos direitos adquiridos pelos Servidores do Estado, seja pelo Estatuto ou pelas negociações com a Administração, através de muita luta.

Nesse sentido pretendemos garantir que estas transferências sejam transparentes e com fundamento técnico para não prejudicar os servidores e nem a população.

Projeto de Resolução:

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 009/94

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica autorizada a realização de Plebiscito, para que a população das localidades de Boa Ventura, se pronuncie sobre a criação do Município de Boa Ventura de São Roque, desmembrado do Município de Pitanga, com divisas e confrontações dos atuais Municípios.

Com o Município de Cândido de Abreu

Começa na Foz do Rio Pitanga no Rio Ivaí, sobe pelo Rio Ivaí até a Foz do Rio Pedrinho;

Com o Município de Turvo

Começa na Foz do Rio Pedrinho no Rio Ivaí, sobe pelo Rio Pedrinho e em continuação pelo Rio Bonito até próximo a sua cabeceira, onde por um caminho na direção Sul, encontra Saudade/Santa Maria do Oeste, segue por esta estrada até encontrar a linha de divisa do Município de Santa Maria do Oeste;

Com o Município de Santa Maria do Oeste

Começa na estrada Saudade/Santa Maria do Oeste, no ponto de divisa com o Município de Turvo, segue por esta estrada até encontrar o Arroio Buriti, pelo qual segue até sua Foz Araguaí, subindo por este até a Foz do Arroio Corrente ou Pocinhos, subindo o Arroio Corrente ou Pocinhos até sua cabeceira, de onde, pelo divisor de águas alcança a cabeceira do Rio Marrequina;

Com o Município de Pitanga

Começa na Cabeceira do Rio Marrequina, desce por este até a Foz do Rio Pitanga, descendo o Rio Pitanga até sua Foz no Rio Ivaí, ponto de partida.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.94

(a) RENATO ADUR

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Resolução procura, no âmbito deste Poder, atender a vontade da População do distrito de Boa Ventura em se emancipar para Município, desmembrando-o do Município de Pitanga.

A exposição de motivos da população, a nós apresentada, indica tratar-se de uma comunidade com objetivos voltados para o futuro e por localizar-se distante da sede aproximadamente 50 quilômetros, almejam grandemente esta emancipação.

Na área, estima-se uma população de aproximadamente 7.139 habitantes, a maioria deles tem grande vocação agrícola, o que os torna auto-sustentáveis, além de pequenas propriedades rurais, também outras culturas são desenvolvidas pela população de Boa Ventura.

Por estas particularidades apresentadas, não temos nenhuma dúvida que a transformação deste Distrito em Município, em muito virá contribuir para um maior desenvolvimento econômico, social e cultural desta comunidade, pois se estas pequenas propriedades contribuem para o desenvolvimento do Estado como Distrito, o que serão, uma vez elevados a categoria de Municípios.

Diante do exposto, contamos com aprovação dos nobres Pares, autorizando a realização de Plebiscito na área citada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência deseja, em nome de todos

os Senhores Deputados, já o fizemos pessoalmente por ocasião da nossa estada na Cidade de Maringá junto com o Deputado Algaci Túlio, Deputado Djalma César, Deputado Nilton Barbosa, Deputado Manfrinato, João Preis, Júlio Bifon, Basílio Zanusso, Emilia Belinati, Alborghetti, e tantos outros companheiros que também lá se fizeram presente por ocasião do velório e do sepultamento do nosso companheiro Deputado José Alves dos Santos, manifestar de forma oficial em nome desse Poder os votos de profundo pesar à família do Deputado pelo seu falecimento na última terça-feira aqui em Curitiba, após ter sido vítima de um infarto nas dependências desse Poder.

Diante do falecimento do nosso companheiro Deputado José Alves dos Santos esta Presidência declara vago o cargo de Deputado Estadual deixado pelo falecimento do Senhor Deputado José Alves dos Santos. Convoco o Senhor Nilton César Servo para assumir o cargo de Deputado Estadual nos termos do que estabelece o nosso Regimento Interno em seu artigo 76, que diz o seguinte (Lê):

"A Mesa convocará imediatamente o suplente nos casos de vaga, licença por mais de 120 dias, ou de investidura nas funções de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, Secretário da Prefeitura da Capital, ou Chefe de Missão Diplomática temporária, e deverá fazê-lo no dia da vaga, da licença, ou da investidura.

Parágrafo Único - O Suplente terá o prazo de 15 dias para tomar posse sob pena de ser considerado renunciante, salvo se comprovar motivos de doença".

Ainda com referência a este assunto, comunicamos aos Senhores Deputados e aos demais aqui presentes no dia de hoje, 18/04/93, às 17:00 horas, na Capela do Plenarinho - não na nossa Capela Oficial, mas na Capela do Plenarinho - será celebrada Missa de 7º Dia de falecimento do José Alves. Os Deputados estão convidados.

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O Paraná é testemunha que esportivamente falando os clubes que representam a força maior do nosso Estado se assentam na Capital e nas grandes cidades do interior do Paraná.

É o caso nosso de Londrina no interior, foi o caso do Operário de Ponta Grossa, do Maringá e de outros clubes que realmente só ergueram, projetaram e somaram com o esporte do nosso Estado.

A Capital com as suas forças, do Paraná, clube novo, agregado por diversos clubes, o Coritiba, o clube tradicional do

nosso Estado, sendo até Campeão Nacional do nosso País, dando uma amostra que o Paraná bem orientado, bem organizado pode disputar com todos os quadrantes deste País de igual para igual.

O Atlético Paranaense e ainda somando a tudo isso que nós vemos, vêm os demais times que fazem parte do Paraná a inveja de outros Estados da Federação.

Mas infelizmente, Senhores Deputados, o que nos traz na tarde de hoje é com referência a segunda divisão, dois times de duas cidades, unindo os esforços do comércio, da indústria, dos esportistas e de homens ligados ou assentados aqui em Curitiba, envidaram os maiores esforços para fazer com que as suas cidades estivessem presentes na primeira divisão deste Estado, com os seus respectivos times. Assim foi Guarapuava com o Batel, que brilhantemente no campo esportivo conseguiu chegar ao grau maior do esporte paranaense.

Foi assim com o Iraty também, do nosso amigo e companheiro Toti Colaço, com a sua ajuda, com a ajuda das forças vivas daquela cidade e com alguns outros companheiros, como Sérgio Maluceli, fizeram valer a presença no campo do Campeão da Segunda Divisão e os dois, mais os seis participantes da Primeira Divisão vieram para o Turno Final, fazendo com que toda a família paranística realmente tivesse o entusiasmo que o futebol desperta em cada um de nós.

Mas para tristeza nossa, Senhores Deputados e Senhor Presidente, quando pensávamos que essa união de Capital e Interior e mais precisamente esses dois times que subiram, pensávamos que nós que esta Curitiba, que esta Capital Ecológica e que o tradicional Curitiba, time de respeito, pelo qual todos nós admiramos, fosse ao Interior para realmente dar aquele brilho, dar aquela sua participação esportiva, dar enfim e prestar a todos nós aquilo que nós desejamos que é uma disputa de igual para igual, qual foi a nossa surpresa e aqui está a nossa presença, a Diretoria do Coritiba num sentido anti-esportivo lotou o que há de pior em Curitiba, o que existe realmente daquilo que não presta, vestiram a camisa do Coritiba e soltaram aqueles animais lá na família de Irati, vestidos de verde, envergonhando as cores do Coritiba, e lá foram eles, lá foram eles travestidos de coritibanos, a fazer ataques à família de Irati.

Não aos homens, mas àquelas mulheres, àquelas crianças que se encontravam na arquibancada, prestigiando como uma família unida, o time que subia à primeira divisão. Lá se encontrou a verdadeira vergonha do Coritiba, onde essa Diretoria deverá ser responsabilizada até criminalmente,

pelo que fizeram esses pseudo esportistas, homens que envergonham a tradição desse clube, que lá foram provocar a família de Irati, a família esportista da região dos Campos Gerais, porque ali se encontrava gente de toda a região, torcendo por aquele representante que é o nosso representante da Divisão Especial.

Qual foi a nossa surpresa, Senhores Deputados, testemunhada nas gravações apresentadas a nível nacional, no esporte nacional, onde a selvageria, onde a falta de compostura, onde alguém que realmente não pode torcer a não ser em outro campo que não fosse o esportivo, envergonhando o nome do Coritiba, lá estavam os animais, vestidos de verde, atirando pedras e provocando a família de Irati.

As mulheres deitaram na arquibancada protegendo os seus filhos, crianças receberam pedradas, policiais foram insuficientes e foi chamado reforço de Ponta Grossa, para conter aqueles drogados que ali foram, porque é somente sob efeito de alguma substância, que nós realmente podemos aceitar aquilo que foi lá testemunhado por todos nós.

Companheiros, companheiros igual ao Algaci Túlio, ligados ao esporte há muitos e vários anos, conhecedor de perto daquilo que é grandiosidade de todos nós, que é o futebol, hoje pela manhã, não somente ele, mas o Luiz Carlos Martins e outros grandes nomes da imprensa, como o Luiz Carlos Alborghetti, haverão de testemunhar e somar conosco, que a Diretoria do Coritiba precisa ser responsabilizada: se manda lá em Irati gente sem condições, é porque eles assim o fizeram. Se as suas torcidas organizadas deram aquele vexame e foram, em todos os momentos, pela imprensa que ali transmitia o jogo...

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - V.Exa. passa a falar no Horário do PDT.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Muito obrigado.

Toda a imprensa presente falava inicialmente: os vândalos de Curitiba e Curitiba não é uma Cidade de vândalos e muito menos ainda o Coritiba, os torcedores do Coritiba, verdadeiros esportistas, ali não estavam presentes.

O Sr. Toti Colaço - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Queria, em nome da região centro-sul do Estado do Paraná e muito especificamente, a minha querida Irati, cumprimentar e agradecer o pronunciamento de V.Exa. Deputado Zuk, que faz a abertura dos trabalhos aqui nesta tarde.

Quero cumprimentá-lo, porque eu, par-

ticularmente, seria suspeito até em utilizar a tribuna e relatar os fatos que ocorreram ontem à tarde no Estádio Emílio Gomes. Queria, reforçando e ratificando as suas palavras, acrescentando talvez, mais alguns episódios, porque estava presente desde as 13:30h. Queria dizer à nossa sociedade e à comunidade nossa, aos Senhores Parlamentares aqui na capital, que Irati é uma cidade pacata, ordeira, tranqüila e desde o processo que iniciamos desde a primeira fase de classificação, com a equipe do Irati Esporte Clube, fizemos um trabalho de conscientização de toda a população nossa, convocando a nossa comunidade para que fossem até o estádio, prestigiar a nossa equipe, prestigiar a força do futebol do centro-sul do Estado do Paraná e desde o início, a presença sempre marcante, cada vez mais, das famílias iratienses, das famílias de toda a nossa região, que se deslocavam de carros, de ônibus, de Kombi, fazendo 30, 40, 50 quilômetros com as suas famílias para assistirem verdadeiros espetáculos de futebol que lá ocorreram até a tarde de ontem.

E com esse pensamento a imprensa toda de Irati sempre chamando as famílias, as crianças, os pais, os mais antigos, os jovens, a juventude, foi com esse espírito que mais de cinco mil sulistas estiveram presentes ontem no Estádio Cel. Emílio Gomes, e aquilo que ocorreu a partir das 14:00 horas, começou os jogos após as 14:00 horas, foi, de fato, realmente triste, que machucou profundamente não somente a classe política da nossa região, mas machucou principalmente as famílias da nossa região, porque o estádio, o nosso campo de futebol 50% sempre foi lotado por jovens, crianças, famílias inteiras, e que ontem, Deputado Zuk, realmente, aquilo que V.Exa. acabou de falar, protegendo-se crianças nas cabines, onde havia um verdadeiro corredor com mais de 70, 80 crianças com mães chorando ao desespero, sangrando, sangrando porque vinha pedras, tijolos, pedaços de madeira, e tantas outras coisas mais, tanto é que no segundo tempo tiveram que abrir os portões dos fundos do estádio Cel. Emílio Gomes, saindo pelas piscinas, e as famílias tiveram que sair com as crianças no colo, aos prantos, aos choros, estarrecidos com tudo aquilo que estava acontecendo, e atrás das arquibancadas uma verdadeira guerra.

Exatamente isso que aconteceu. Se tinha lá aproximadamente 1.000 torcedores do Coritiba Futebol Clube a qual nós temos uma grande admiração, não eram todos, eram aproximadamente acredito uns 250, 300 torcedores fanáticos, com capuz, inclusive, que não se identificavam os seus rostos, a sua face, que criaram e que iam de bando para cima da torcida, inescrupulosamente,

sem nenhuma piedade. A comunidade nossa jamais estava preparada para uma agressividade daquele tipo.

Foi lamentável isso ter ocorrido. É evidente que ônibus depois do final do jogo, apareceram quebrados, arrebatados, uma reação por parte da própria comunidade de torcedores de Irati, muita gente foi parar no hospital, inclusive foram hospitalizadas ontem à tarde no decorrer do jogo, onde houve uma reação, automaticamente.

Mas hoje pela manhã, recebi um telefonema de Irati de que pessoas da própria torcida do Coritiba Futebol Clube que estavam lá presentes, esse grupo de uns 300, mais ou menos, eles também participaram na depredação dos ônibus, gente me ligou de lá e disse: "olha Toti, foi pessoal do próprio clube que depredava os faróis e também os vidros dos ônibus que o levaram até a nossa querida cidade, além de outros vandalismos que aconteceram por lá e que eu nem quero aqui relatar".

Quero deixar aqui registrado e lamentar profundamente o que ocorreu na nossa querida cidade, e que a Federação Paranaense de Futebol não venha, nesse exato momento, penalizar a nossa cidade, a nossa região, penalizar o Irati Esporte Clube, como é de praxe, sempre, arrancando, tirando os mandos dos jogos nessa reta final do Campeonato Paranaense de Futebol.

Era isso que queria colocar, e cumprimentá-lo, por essa denúncia que Vossa Excelência está fazendo nessa tarde na Assembléia Legislativa.

O Sr. Luiz Carlos Zuk (Aparte) - Assentimento).

Não sou analista esportivo, mas o Deputado Algaci Túlio é um aficionado pelo esporte, sempre o vejo participar dos eventos esportivos do Estado do Paraná. Queria dizer ao Deputado Toti e ao Deputado Zuk que não é o Coritiba o culpado dessa forma de violência, não é Londrina, não é o Atlético, não é o Paraná, não é o Irati, que proporciona um grande espetáculo, não é o Cascavel ... porque se fosse assim, cada jogo do Palmeiras com o Corinthians em São Paulo, eles destroem todos os túneis subterrâneos, entendeu.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Zuk, o tempo da Liderança do PDT está terminando.

Concedo mais alguns minutos para conclusão.

O Sr. Luiz Carlos Alborghetti - Sô para completar.

No jogo do São Paulo ontem também houve uma série de problemas, violência mesmo. Em São Paulo mesmo, eles destroem tu-

do. Crianças são espancadas.

Às vezes fico com medo quando meu filho está em Londrina e vai ao Estádio do Café. Ele é um aficcionado, é um corinthiano louco, é um londrinense roxo. Procuro falar para que ele fique longe. Há tumultos. Há tumultos e acredito que a Federação Paranaense não vá punir o Estádio do Irati. Não tem esse direito. Não tem, Deputado Zuk. Esse é um diálogo muito importante. Estamos aqui só conversando. Agora, não podemos punir o Coritiba em si, não podemos punir o Londrina, o Irati, o Cascavel ou qualquer que seja o time. Tem que punir sim, Deputado, o chefe da torcida organizada que tenha incentivado esta forma de violência. Prenda, leve à delegacia, instale-se um inquérito e ele tem que pagar, como está sendo feito em São Paulo, no Rio. Cada Fla-Flu que existe no Rio de Janeiro, há uma pancadaria, que é uma violência monstruosa.

Então, concordo com V.Exa. em termos de se preocupar com a forma de violência que aconteceu ontem, porque realmente, eu fiquei estarecido. Agora, eu acho que tem que se punir o elemento que coordena esta torcida organizada. Não podemos jamais condenar, seja o Operário de Ponta Grossa, seja o Coritiba, o Atlético, o Paraná, o Londrina, o Cascavel, o Foz. Não, não é por aí. O mundo esportivo do Paraná está em grande evidência.

Quando você vê o Irati sair lá da 2.^a divisão e vir disputar! É um time bom. Quando você vê o Paraná empatar, porque o próprio adversário é quem marcou. Não sou analista, mas não podemos condenar os times. Temos que condenar os chefes das torcidas organizadas que incitam para que se pratique esta forma de violência.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK - Eu agradeço.

Encerrando, Senhor Presidente, não culpamos todos os torcedores que lá estavam, no Emílio Gomes, presenciando Irati - Coritiba. Condenamos parte da torcida coritibana, que, encapuzada, no anonimato, vestindo a camisa do Coritiba, iam agredir crianças, mulheres, velhos, a família de Irati, presente naquele estádio. Nós que participamos como jogador profissional, que gostamos, fomos e somos diretores de diversos clubes amadores e até do Operário que de perto, junto com o Djalma, respondemos por algumas partes que nos são atribuídas. Não concordamos em hipótese alguma que a Presidência, a Diretoria do clube continue dando ônibus, entradas e principalmente, acobertando atos de vandalismo como esses praticados em Irati.

Agradeço ao Deputado Luiz Carlos Alborghetti, ao Toti, agradeço ao Senhor Presidente e aos Senhores Deputados, mas termino frisando que o interior recebe de

braços abertos a todos esportivamente, como recebeu Irati e lá foi parte da torcida, dando pedrada, paulada e agredindo, coisa que realmente o Paraná é testemunha e o Brasil também o é e nós quando vemos parte da imprensa, como o SBT quando diz - e agora nos foi trazido por companheiros - de que foi culpada a torcida do Irati, é uma coisa mal informada, porque o próprio vídeo, os próprios locutores presentes e todo o povo ali presente foi testemunha de que foi parte da torcida do Coritiba, que nem sei se é Coritiba, é que fez dentro, fora e no meio de transporte tudo aquilo que nós presenciamos.

Fica aqui colocado, Senhor Presidente, com a palavra realmente, o nosso Presidente da Federação e a Diretoria do Coritiba, para que não dê mais ingresso, para que não dê mais transporte e que não dê mais atenção a torcedores que realmente não são, acima de tudo, homens decentes para conviver no meio de uma família como é a querida família do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente, a palavra com o Deputado Mário Bezerra.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

"O anúncio do Programa de investimentos da TELEPAR para este ano, feito recentemente pelo Presidente da empresa, Luiz Alberto Martins de Oliveira, merece um registro nesta Casa, com um voto de incentivo à sua realização, por se tratar de área estratégica para a expansão da atividade econômica e para importantes ganhos nos padrões de vida da comunidade estadual.

A grande capacidade e competência de Luiz Alberto Martins de Oliveira à frente desta importante estatal traduz-se na aprovação do seu orçamento pela TELEBRÁS para 1994, no montante de 304 milhões de dólares. Um feito notável em vista da contenção a que são submetidos outros programas governamentais.

A aprovação habilita a TELEPAR a realizar um rigoroso programa de investimentos, possibilitando a instalação, ainda este ano, de 80 mil novas linhas, quase 10% (dez por cento) do total hoje existente; a duplicação do número de telefones celulares, e o início da implantação da nova rede digitalizada de transmissão de voz e dados, interligando todo o território estadual.

A rede de microondas vai triplicar a capacidade da rede atual.

Para a execução desse programa serão investidos 171 milhões de dólares no plano de expansão, 29 milhões em telefonia celu-

lar e 30 milhões em comutação de dados.

Se a implantação das vias eletrônicas não for efetivada no mais curto espaço de tempo, todo o sistema estará comprometido pela impossibilidade de se escoar a demanda crescente de ligações e de transmissão de dados, penalizando importantes segmentos da economia estadual.

Ao mesmo tempo em que esse esforço da TELEPAR prepara o Paraná para o advento da era da informatização global, provoca repercussões de curto prazo. O investimento em telecomunicações induz inversões substanciais no conjunto da economia na proporção de um para três.

O programa em execução pela TELEPAR vai possibilitar também a execução de um grande projeto de telefonia rural, capaz de cobrir todas as localidades do Estado, incorporando amplos segmentos da população do campo aos benefícios das telecomunicações.

Este, Senhor Presidente, Senhores Deputados, é o registro que trago a esta Casa, um registro de louvor ao trabalho desenvolvido pela diretoria da TELEPAR. É fundamental que todos os setores da vida paranaense compreendam o alcance desse trabalho e o apóiem.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - No Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estamos hoje, aqui, fazendo uma preliminar, toda ela dedicada ao esporte, porque na segunda-feira já é tradição do brasileiro discutir futebol.

O meu expediente do dia de trabalho de segunda-feira, geralmente, fica restrito à discussão de quem ganhou, quem perdeu, quem levou a melhor ou quem levou a pior.

Mas na verdade eu quero me somar a esta solidariedade prestada pelo Deputado Zuk, pelo Deputado Toti Colaço, pelo Deputado Luiz Carlos Alborghetti no que diz respeito à situação verificada ontem na Cidade de Irati. Havíamos recebido um convite do Prefeito Felipe Lucas para estarmos lá, desde a parte da manhã já para almoçar, toda a imprensa foi convidada e nós fomos uma equipe esportiva montada na Rádio Atalaia, que ontem esteve lá em Irati com os companheiros: Durval Leal, J. Agostinho, Fernando Gomes, Jurandir Carioca que testemunharam o triste episódio que foi protagonista a torcida do Coritiba Futebol Clube.

Não quero até crer que seja a verdadeira torcida do Coritiba, porque os verdadeiros torcedores não se colocam, não se

posicionam como se posicionou ontem este número de pessoas, que, aproveitando um domingo - com passagem praticamente gratuita, muita bebida daqui até lá na viagem, já chegaram bastante embalados e acabaram provocando todos esses atos de vandalismo.

E tenho dito já constantemente que o futebol está perdendo público exatamente em função das torcidas organizadas. Hoje o pai de família não pode mais levar a sua esposa, não pode mais levar o seu filho, a sua filha ao campo de futebol, porque está sujeito a receber uma pedrada, uma paulada e até por que não tiro que vem não se sabe de onde, porque hoje lamentavelmente com a criação das torcidas organizadas grande parte dos estádios ficam ocupados por elas e elas são donas do território e aí de quem se atrever a passar diante de uma torcida dessas, até mesmo torcida de outra facção, mas do mesmo clube, há uma rivalidade muito grande entre elas e nós somos testemunhas disto.

A nossa vivência na área esportiva, afinal de contas começamos a nossa carreira no rádio na área esportiva e hoje continuamos também nesta área esportiva, dando o nosso apoio e até mesmo como dirigente da Federação Paranaense de Futebol, e temos alertado para este problema. O que ocorre é que não se pode agora culpar o Irati porque afinal de contas o jogo foi no seu campo, lá no Estádio Coronel Emílio Gomes, de onde eu já tive o prazer de em muitas oportunidades transmitir jogos daquele local, da sempre aprazível e acolhedora Cidade de Irati.

Não pode o povo iratiense sofrer hoje qualquer reprimenda porque eu acredito que como em qualquer outro lugar, Ponta Grossa agiria da mesma forma, Rio Negro também, enfim, qualquer outra cidade aceitaria a presença dos forasteiros, daqueles que foram lá torcer pelo seu time, mas também reagiriam na medida em que fossem atacados. E a paciência do morador de Irati, a paciência do agricultor que saiu da sua lavoura no domingo, pegou a família, colocou em cima do caminhãozinho e foi lá torcer pelo seu time que voltava agora a receber lá o Coritiba Futebol Clube.

Há quantos anos não vai o Coritiba, não vai o Atlético, não vai o Paraná Clube? Aliás o Paraná nunca foi porque desde que o Irati deixou, o Olímpico deixou a Divisão Especial, nenhum outro clube grande da Capital foi lá jogar.

Então, era natural que o povo de Irati, na Região toda fosse prestigiar o seu Clube e não podia aceitar de forma passiva aquela atuação deselegante, os atos de vandalismo praticados por parte de elementos que se dizem torcedores do Coritiba Futebol Clube.

Tenho certeza que as tradições do Coritiba também não aceitam esse tipo de atuação, esse tipo de conduta praticada por esses elementos, mas muito menos pode e não deverá a Federação, de forma alguma punir o Irati. Claro que vai depender do que vai constar da súmula do juiz, vai depender do que vai dizer o representante da Federação, que naquele momento representa o Presidente da Federação. A eles caberá, na trazida desses documentos, dizer o que realmente aconteceu.

Mas pelo que nos relataram os companheiros da Rádio Atalaia, os companheiros da nossa equipe da Rádio Atalaia, pelo que disseram os outros companheiros de outras emissoras, a culpa foi inicialmente do Coritiba Futebol Clube, da sua torcida que já chegou desafiando, que já chegou invadindo a área reservada para a torcida do Irati. Isto é inconcebível, não se pode admitir.

Por isso tenho certeza, meu caro Toti, tenho certeza que o Presidente Sérgio Malucelli também já tomou todas as providências necessárias, o próprio Prefeito Felipe Lucca também, os dirigentes do Irati já tomaram todas as providências e a Federação, tenho certeza, será sensível em ver realmente esta situação de perto.

Não quero crer que Irati venha a perder mando de jogo, porque seria profundamente lamentável para uma equipe que retorna agora à Divisão Especial, num trabalho e num esforço extraordinário de muita gente que lutou para montar um time de primeira categoria, possa agora já sofrer um baque violento como este, qual seja a inversão de mando de jogo.

Por isso tenho certeza que a Federação - e hoje à tarde iremos participar de uma reunião como fazemos todas as segundas-feiras, da Federação Paranaense de Futebol - fazer esse apelo, em seu nome, Deputado Toti Colaço, em nome do Deputado Zuk, em nome do Prefeito, em nome do Presidente Sérgio Malucelli, no sentido de que o Clube não venha a ser penalizado por uma atuação totalmente irresponsável de um grupo de vândalos que lotaram os ônibus colocados pela Diretoria do Coritiba e que lá foram para fazer apenas atos de vandalismo.

Mas, fica mais uma vez o registro: se os dirigentes dos Clubes de Futebol não tomarem cuidado, logo, logo os campos estarão cada vez mais vazios e somente com as facções de torcidas organizadas que são patrocinadas pelos próprios Clubes - se hoje já não tem renda porque o público não vai, amanhã não terá mais por que? O público não vai e ele vai ter que pagar para que esse torcedor faça um número nos estádios para poder ter torcida.

Não é a toa que ainda ontem à tarde, víamos pela televisão um jogo de basquete com o ginásio completamente lotado. Qualquer outra prática de esporte os locais estão lotados; os campos de futebol cada vez mais vazios.

Fica aqui, portanto, nesse acontecimento de ontem, que sirva de exemplo e de reflexão aos dirigentes de futebol do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. EDSON SILVA LINO (Pela Ordem) - Só gostaria de registrar a presença do Prefeito de Mauá, Inácio Mendes Filho.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Horário das Lideranças: PT.

Doutor Rosinha com a palavra.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

O que me traz à tribuna na tarde de hoje, é para tecer alguns comentários a respeito da alta da criminalidade da nossa cidade no que diz respeito ao assassinato, ao homicídio de homossexuais. Nos últimos dez anos foram 39 assassinatos, todos eles homoxessuais, e nenhum criminoso foi preso ou encontrado pela polícia. Porque, nós não sabemos.

Um grupo da nossa cidade, chamado "Grupo Dignidade", foi cobrar das autoridades o fim dessa impunidade. E a polícia se sente, em boa parte, acobertada por não tentar desvendar quem são os reais criminosos, porque existe na nossa sociedade um grande preconceito em relação a orientação sexual.

Esse preconceito faz com que boa parte dos responsáveis se sintam muito à vontade para não ir atrás, para não procurar quem são os assassinos. E por se sentir praticamente sem pressão nenhuma da sociedade, esses policiais argumentam às vezes, que não tem nenhum policial que se disponha a investigar os lugares freqüentados por homoxessuais, não há interesses dos investigadores em ouvirem pessoas que convivem com esses homoxessuais. Isso foi declaração de um dos Delegados e que consta do dossiê do "Grupo Dignidade". Segundo este Grupo, o Doutor Favetti recusou a formação de uma Comissão Especial e designação de um Delegado Especial para pesquisar e investigar esses crimes.

Estivemos junto com o Secretário de Segurança Pública na última quinta-feira, e também estava presente a direção do "Grupo Dignidade". Nesse dia, após ouvir os representantes e após ter uma análise dos documentos que demonstram que, só neste ano de 94 quatro pessoas já foram assassinadas, e principalmente nestes vinte

dias foram assassinados Altamar Gerônimo, Pedro Ernesto dos Santos Grandini, José Luiz Ferreira, e um outro não identificado.

No ano de 93 foram assassinados Francisco Paulo Sguarizi, de 42 anos, Professor respeitado na escola onde dava aula, respeitado pela comunidade, e até hoje não foram ouvidas as pessoas que poderiam dar o caminho, dar o fio da meada para chegar ao assassino. Foram também assassinados Adelmo Gangel Filho, Osmildo Vaz dos Santos, Rudesindo Cerdeira Mordeira, Rosane Pereira, Arnaldo Spindola Martins, Lineu Pedroso dos Santos e todos esses assassinos continuam soltos.

Esperamos que após essa conversa com o Secretário de Segurança, após o convencimento por parte dele da necessidade de ver esses crimes apurados e a indicação de um delegado especial e a colaboração do Grupo Dignidade possa se fazer finalmente justiça no nosso Estado levando à cadeia os responsáveis por esses crimes, porque afinal trinta e nove assassinatos, em dez anos, 39 pessoas que têm a sua orientação sexual definida e que são homossexuais, não têm tido justiça e assim seus familiares continuam sofrendo e cobrando das autoridades que se faça essa justiça e nós aqui esperamos que o atual Secretário, ao contrário do anterior que não quis designar uma Comissão Especial, inclusive apoiado pelo advogado René Ariel Dotti, que se dispôs, junto com estudantes, a ajudar esta Comissão e trabalhar para desvendar esses crimes, não foi aceito e agora com o Secretário Rolf Koerner Filho, esperamos pelo menos comece a desvendar quem são esses assassinos.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Horário das Lideranças.

PL, PFL, PP, PTB, PSDB, PMDB.

(Declinam).

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

Com a presença de 48 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo Sr. Deputado Renato Adur, na qualidade de Líder do Governo e PMDB, constante do expediente, indicando o nome dos Srs. Deputados para comporem as Comissões Permanentes desta Casa. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Paulo Maia, constante do expediente, comunicando que o Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, passará a ocupar a Vice-Liderança do PDT. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de resolução de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constante do expe-

diente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Renato Adur, constantes do expediente. Necessitam de apoioamento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. Necessita de apoioamento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, no ano passado, foi retirado da Ordem do Dia, por dez sessões, o Projeto de nossa autoria 206/92. Já transcorreu o tempo suficiente, gostaríamos de vê-lo incluído novamente na Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já tendo cumprido o prazo de dez sessões o mesmo será incluído na Sessão de amanhã.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 226/93, de autoria do Deputado Alceu Swarowski, dá nova redação ao Artigo 49 do Capítulo III, do Título II, da Lei nº 10.219, de 21 de Dezembro de 1992, que criou o Fundo de Previdência do Estado. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 02

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de lei nº 401/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 041/93, que objetiva acrescentar ao Artigo 58, da Lei nº 10.219, de 21 de dezembro de 1992, o Inciso VIII e do § 4º, COM REDAÇÃO CONFORME ESPECIFICA (PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS ESTADUAIS). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F..

Sobre o referido projeto, Emenda aditiva de Plenário, de autoria dos Srs. Deputados Ovídio Constantino, Doutor Rosinha e Ernani Pudell, com apoioamento da Sra. Deputada Emília Belinati e do Sr. Deputado Mário Bezerra, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01

PROJETO DE LEI Nº 401/93.

Acrescente-se o inciso IX ao art. 1º.

da proposição em epígrafe, bem como uma expressão no final do parágrafo 4º e, mais um parágrafo, o 5º, com as seguintes redações:

"IX - Os recursos do Fundo da Previdência do Estado serão aplicados, prioritariamente, em financiamentos que tenham garantia de retorno e visem o incremento da produção agrícola, industrial e tecnológica no Estado do Paraná, observadas as garantias de empréstimo, do prazo de retorno e demais condições que assegurem a rentabilidade, retorno e o cumprimento das funções de incremento econômico e social."

§ 4º - ... se referem os incisos VIII e IX ficam sujeitas à prévia autorização do Governador e a comunicação à Assembléia Legislativa."

§ 5º - Os subsídios, se houver, aos financiamentos previstos no inciso IX, serão cobertos pelo Tesouro estadual, e depositados no Fundo de Previdência do Estado, a fim de preservar o valor real dos recursos aplicados.

Sala das Sessões, em 14.03.94.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO,
DOUTOR ROSINHA,
ERNANI PUDELL.

Apoioamento: Emília Belinati, Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A emenda visa proporcionar ao Estado maior aporte de capital para o desenvolvimento econômico e social, através de aplicação dos recursos do Fundo de Previdência na incrementação da produção agrícola, industrial e tecnológica, essenciais ao desenvolvimento. Ao mesmo tempo garante o retorno do capital investido e preservar a função legisladora e fiscalizadora desta Casa de Leis.

O Projeto retorna à C.C.J., para que emita o seu parecer.

ITEM 03

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 684/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 092/93, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a ceder à Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, um imóvel que especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.O.P.T.C. e C.T.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 156 de 09.11.93 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 684/93

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem a ceder à Fundação de Esportes e Turismo - FESTUR, um imóvel que especifica.

Nos termos estritos da competência desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices de natureza constitu-

cional, regimental ou legal a normal tramitação da matéria e aprovação pelo plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 07.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 684/93

P A R E C E R:

O Projeto em epígrafe, de autoria do Poder Executivo do Estado, visa a obter autorização legislativa para a cessão pelo Departamento de Estradas de Rodagem à Fundação de Esporte e Turismo-FESTUR de imóvel que especifica.

Colima o Projeto franquear novos espaços para as funções de turismo no Litoral do Estado, havendo aí interesse público relevante.

Quanto ao mérito, opino favoravelmente e encaminho pela aprovação da matéria.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.03.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente

LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

COMISSÃO DE TURISMO
PROJETO DE LEI N° 684/93

P A R E C E R:

O presente Plano de Lei, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem Governamental n° 092/93, que objetiva autorizar o Departamento de Estradas de Rodagem a ceder à Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, um imóvel que especifica.

Sobre a matéria já existe os Pareceres Favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça, de Obras Públicas, Transportes e Comunicações.

No âmbito desta Comissão de Turismo não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.94.

(aa) JOÃO IENSEN - Presidente

GERALDO CARTÁRIO - Relator

ITEM 04

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 706/93, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que requer outorga de Título de Cidadão Honorário, ao Excelentíssimo Senhor Cândido Garcia, digníssimo Presidente da Associação Paranaense de Ensino e Cultura, APEC. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 169, de 30.11.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 706/93

P A R E C E R:

Apresentado pelo Deputado Nilton Barbosa, o presente Plano de Lei requer outorga de Título de Cidadão Honorário ao Excelentíssimo Senhor Cândido Garcia, digníssimo Presidente da Associação Paranaense de Ensino e Cultura - APEC.

Analizada a proposta, esta comissão não vê nenhum impedimento a sua tramitação normal, sendo pois nosso parecer FAVORÁVEL a aprovação deste Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.04.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

NELSON GARCIA - Relator

ITEM 05

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 727/93, de autoria do Deputado Renato Adur e outros. Fica proibido dentro do território do Paraná, o trânsito de mercadorias consideradas lixo químico pelo IBAMA. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J., C.A.I.C., S.P. e C.O.P.T.C.. **Aprovado.** (Publ. no D.A. n° 172, de 06.12.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 727/93

Autoria: Dep. Renato Adur

P A R E C E R:

O Projeto n° 727/93 de autoria do Deputado Renato Adur visa proibir o trânsito de mercadorias consideradas lixo químico pelo IBAMA.

No âmbito desta Comissão de Constituição e Justiça não existem óbices constitucionais, legais ou regimentais a normal tramitação da matéria.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.12.93.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ERNANI PUDELL - Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO
PROJETO DE LEI N° 727/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei ora em exame por esta Comissão técnica, dispõe sobre a proibição dentro do território do Paraná, do trânsito de mercadorias consideradas lixo químico pelo IBAMA.

Em nossa análise, verificamos tratar-se de medida merecedora de elogios e traz consigo prioridades que beneficiam a sociedade.

Portanto, consideramos a proposta altamente significativa, de caráter preventivo e progressista, encontrando-se em condições de opinar pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.04.94.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI N° 727/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do Nobre Deputado Renato Adur e outros, tem por finalidade proibir o trânsito de mercadorias consideradas lixo químico pelo IBAMA, no Estado do Paraná.

A matéria foi analisada no Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, que pronunciou-se Favorável, à aprovação da mesma.

Neste sentido, esta Douta Comissão de Saúde Pública, chamada a opinar, segue o entendimento da Comissão supra-citada, manifestando-se Favorável à aprovação do presente Projeto de Lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.12.93.

(aa) DOMINGOS CARVALHO - Presidente
LUIZ ANTÔNIO SETTI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 727/93

P A R E C E R:

O Projeto de Lei n° 727/93, da lavra do eminente Deputado Renato Adur, disciplina matéria das mais atuais e aflitivas nas sociedades modernas, a relativa ao lixo químico.

E disciplina bem, pois afasta, com severidade, todas as rotas de fuga abrigadas na legislação ambiental.

Bem se conhece, têm sido os países periféricos alvos de toda a sorte de agressões ambientais, tal resultado do cerco às matérias de meio ambiente nos países desenvolvidos.

Colima o Projeto em tela perfilhar o Estado do Paraná ao mesmo grau de proteção e defesa do meio ambiente logrado nas sociedades desenvolvidas, a merecer, portanto, o aplauso e a unânime aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14.03.94.

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator

ITEM 06

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 001/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 126/93. Fica autorizada a BANESESTADO S/A - Informática a participar do Capital Social da ASBAN S/A - participações, mediante a aquisição de 50% da totalidade das ações de sua emissão. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprova-
do. (Publ. no D.A. n° 05/94, de 21.02.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 001/94

P A R E C E R:

Analisando as informações requisitadas por esta C.C.J. - Comissão de Constituição e Justiça e fazendo uma apreciação objetiva às respostas globais enviadas sob o Ofício n° 51/94, expedido pelo Secretário da Fazenda do Estado do Paraná Senhor Heron Arzua, respeitante ao projeto em tela, constatamos não existir sob os aspectos constitucionais e legal, nenhum óbice a normal tramitação da matéria e seu encaminhamento ao Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
PAULO MAIA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 001/94

P A R E C E R:

De autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 126/93), o presente Projeto tem por finalidade autorizar o BANESESTADO S/A, - Informática, a participar do Capital Social da ASBAN S/A.

A matéria já foi devidamente analisada pela Douta Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) que a julgou legal, constitucional e regimental, dando-lhe Parecer Favorável.

Quanto ao aspecto financeiro a que é chamada a opinar esta Comissão, não encontramos nada que venha a obstruir sua tramitação por esta Casa.

Isto posto, nosso parecer é favorável por sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
JOÃO PREIS - Relator

ITEM 07

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 003/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 002/94. Objetiva institucionalizar o serviço obrigatório de inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. n° 05, de 21.02.94 - Mens.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 003/94

Iniciativa: Mens. 002/94, do Chefe do Poder Executivo.

P A R E C E R:

Trata-se de Mensagem Governamental que visa tornar "obrigatória a prévia inspeção sanitária e industrial em todo o território estadual, de todos os produtos de origem animal, comestíveis e não comestíveis".

Embora o ofício 002/94 não diga, o objetivo maior do presente projeto está que,

com sua aprovação, fica revogado o Decreto 7725/91, editado no Governo Álvaro Dias, de indubitosa inconstitucionalidade posto que desobedecia as regras contidas no artigo 200, inciso I, da Constituição Federal, que remete ao SUS a competência para fiscalizar e inspecionar alimentos de modo genérico.

Por se tratar de matéria em que cabe ao Estado legislar concorrentemente, percebe-se facilmente que o legislador federal, através da Lei nº 7889, de 23/11/89, estabeleceu as normas gerais (art. 24, parágrafo primeiro da Carta Federal) e o Governo do Estado do Paraná fixa agora, com o presente projeto, as regras especiais e elimina as incongruências da norma estadual consubstanciada no malsinado Decreto nº 7725/91 já mencionado.

Isto posto nosso parecer é pela legalidade e constitucionalidade do presente.

Sala das Comissões, em 15.03.94.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 003/94

P A R E C E R:

A proposição em tela, oriunda da Mensagem Governamental nº 002/94, institucionaliza o serviço obrigatório de Inspeção Sanitária e Industrial dos Produtos de Origem Animal, inclusive os não comestíveis.

Sob análise de mérito, competência desta Comissão permanente, conforme art. 33, § 3º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa, manifestamo-nos favoravelmente à iniciativa, visto sua importância para sociedade consumidora, adjunto ao contexto do interesse público.

Ante ao exposto, nosso parecer é favorável à sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 11.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

OVÍDIO CONSTANTINO - Relator

Em votação.

O DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, eu levanto a questão de ordem com relação a esse item porque ele estabelece o serviço obrigatório de inspeção sanitária e industrial dos produtos animal, comestíveis e não comestíveis.

A vigilância sanitária também é um dos departamentos da Secretaria de Estado da Saúde e tal projeto não passou pela Comissão de Saúde para receber o seu parecer.

Acredito que é importantíssimo passar pela Comissão de Saúde porque nós deveremos, esta comissão deve se reunir e ouvir o serviço de vigilância sanitária daquela

secretaria, uma vez que, em vários momentos no projeto, se refere, como por exemplo, no artigo 12: "As barreiras sanitárias fiscalizatórias serão realizadas isoladamente ou em conjunto pelos órgãos executores dessa lei. Quer dizer, a Secretaria de Saúde também vai ter que executar essa lei.

No artigo 10 coloca que fica proibido em todo o território estadual para fim desta lei a duplicidade de inspeção e/ou fiscalização.

Portanto, pode acabar existindo a duplicidade de inspeção se não tiver um debate também junto a essa Secretaria, Departamento de Vigilância Sanitária de Saúde.

Então, como não passou, eu solicito a V.Exa. que remeta para Comissão de Saúde e que o Deputado Domingos Carvalho convoque reunião urgente, inclusive, sugiro para que seja ouvido aquele departamento de saúde sanitário.

Isto, inclusive, vai envolver os municípios também na fiscalização.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - A sugestão que nós damos ao Plenário é que o Projeto seja aprovado em primeira discussão e nós retiráramos da Sessão de amanhã e da próxima quarta-feira, para que desse tempo à Comissão de Saúde de se manifestar a respeito.

Está em discussão o Projeto. Em votação. **Aprovado.**

O Projeto não constará da Ordem do Dia de amanhã, nem de quarta-feira, retornando na próxima segunda-feira, dia 25 de abril.

ITEM 08

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei nº 015/94, autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 004/94. Autoriza o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao município de Irati, o imóvel que especifica. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. **Aprovado.** (Publ. no D.A. nº 05, de 21.02.94 - Mensagem)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 015/94

PARECER:

O Poder Executivo apresentar Mensagem que visa autorizar o Poder Executivo a ceder em caráter de utilização gratuita, ao Município de Irati, o imóvel que especifica.

Após as devidas análises, a presente Proposição encontra-se de acordo com a legislação em vigor e não fere qualquer dispositivo constitucional.

Assim sendo, somos de PARECER FAVORÁVEL à tramitação do presente nesta Casa de Leis.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 01.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;
EMILIA BELINATI - Relatora.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 015/94

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, chega a esta Comissão, o Projeto de Lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a ceder, em caráter de utilização gratuita, ao Município de Irati, o imóvel que especifica.

Tendo sido submetido a análise da Doutra Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito de competência desta Comissão, o presente não contém qualquer irregularidade.

Nestas condições, opinamos FAVORAVELMENTE à tramitação e posterior aprovação do Projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.94

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente;
NEIVO BERALDIN - Relator.

ITEM 09

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 017/94, autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 005/94, fica o Poder Executivo autorizado a doar à União, o lote n° 01, localizado no Bairro Planalto, na cidade de Pato Branco, sem benfeitorias de propriedade do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - FUNDEPAR. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.O.P.T.C. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 05, de 21.02.94 - Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 017/94

PARECER:

De autoria do Poder Executivo, Mensagem n° 05/94, o Projeto de Lei n° 017/94, tem por finalidade autorizar o Poder Executivo a doar à União, o lote n° 01, localizado no Bairro Planalto, na Cidade de Pato Branco, sem benfeitorias de propriedade no Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná-FUNDEPAR.

Da análise do referido projeto, uma vez que não encontramos nenhum óbice de natureza constitucional, regimental ou legal, opinamos favoravelmente.

Sala das Comissões, em 15.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;
JOSÉ ARTHUR RITTI - Relator.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI N° 017/94

PARECER:

O Projeto de Lei em epígrafe, da lavra

do Poder Executivo do Estado do Paraná, colima autorizar a doação à União de imóvel que especifica, no Município de Pato Branco, de propriedade de Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná-FUNDEPAR.

A iniciativa vincula-se à construção, pelo Governo Federal, dentro do Projeto Minha Gente, de um Centro de Apoio integral à Criança-CAIC, com cláusula de reversão na hipótese de inexecução da obra.

A destinação guarda relevantíssimo interesse público e é compatível com as finalidades da entidade doadora do imóvel.

Da análise de mérito deste Projeto, opina-se pela aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.04.94

(aa) NAMIR PIACENTINI - Presidente,
LUIZ HENRIQUE BONA TURRA - Relator.

ITEM 10

1.ª DISCUSSÃO - Projeto de Lei n° 032/94, autoria do Deputado Orlando Pessuti, concede título de cidadão honorário do Paraná ao Senhor David Tows, conforme especifica. Com PARECER CONTRÁRIO da C.C.J. (Publ. no D.A. n° 07, de 23.02.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 032/94

PARECER:

O Plano de Lei em tela, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, visa conceder título de cidadania honorária do Estado do Paraná ao Senhor David Tows.

Sob análise do "curriculum vitae", anexado à presente proposição, verifica-se que o Sr. David Tows não satisfaz a exigência da Lei 5.638 de 13.09.67, que estabelece os princípios básicos para concessão da referida homenagem, tais sejam:

"I - Desempenho com denodo de função pública;

II - Contribuição científica, cultural, artística ou literária;

III - Ação em favor de obras de relevante valor social;

IV - Participação ativa na defesa dos postulados democráticos e às instituições brasileiras".

Logo, a proposição merece parecer contrário à tramitação nesta Casa, devendo a mesma ser arquivada.

Sala das Comissões, em 15.03.94

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;
ERNANI PUDELL - Relator.

Em votação.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Nós observando esse Projeto de sua autoria que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor David Tows, verifica-

mos que a CCJ deu parecer contrário a esse Projeto.

Gostaria, nesse momento, fazer uma justificativa e parabenizar Vossa Excelência pela iniciativa.

Geralmente são concedidos títulos de cidadãos honorários a personalidades de expressão no nosso Estado, expressão muitas vezes devido a sua aparição nos meios de comunicação.

O cidadão David Taws era Soviético vindo para o Brasil na data de 1929, portanto, exatamente a 65 anos que veio para o Brasil, vindo para Santa Catarina, depois da região de Wittmarsun Santa Catarina, ele veio até Curitiba, até o Paraná se estabelecendo aqui na região da Vila Guafira e posteriormente no Xaxim. E nesse período um cidadão que trabalhou mantendo chácara de terceiros, depois a sua própria, e no trato com o gado leiteiro a partir de 1937, com 13 anos de idade assumiu o transporte de vendas de leite "in natura", e no período vespertino o transporte de lenha picada, muito comum na época na região da nossa antiga Curitiba.

Exercendo essa atividade por 22 anos até o ano de 1959. Como leiteiro e como lenhador, como cidadão que entregava lenha no nosso Município. A partir de 1959 assumiu, também no início, a direção da cooperativa de consumo do Boqueirão Ltda, presidindo e dirigindo os destinos dessa Cooperativa até o ano de 1986, quando passou a diminuir as suas atividades profissionais. Mas, vejam, que esse cidadão durante 10 anos foi membro do Conselho Diretor da Cooperativa e também da Clac, bem como também membro do Conselho Diretor da Fundação Educacional Menonita por praticamente 12 anos.

Então um cidadão que veio da União Soviética para Curitiba, iniciou todo um processo como um cidadão comum, leiteiro e lenhador, passou a ser um dos altos funcionários e diretor da Cooperativa que hoje é a maior Cooperativa que nós temos em Curitiba e na região metropolitana.

Foi um dos mentores, inclusive, da formação e da grandeza que é hoje a cooperativa em Curitiba e na região metropolitana.

Não é um cidadão que tem expressão ao nível de imprensa, não é um cidadão que aparece constantemente, mas é um cidadão. Há que se reconhecer, contribuiu, sobremaneira, para a saúde também dos curitibanos através do leite, contribuiu com a saúde e o desenvolvimento econômico de Curitiba e da região metropolitana através da grande cooperativa que é essa cooperativa Clac.

Dá, Senhor Presidente e Senhores Deputados, o nosso reconhecimento pelo qual nós queremos parabenizar o Deputado Orlan-

do Pessuti, nosso Presidente, pela iniciativa. Entendemos que se faz justiça. Razão pela qual estamos dando amplo apoio ao seu Projeto.

Obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para encaminhar a votação concedo a palavra ao Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, eu quero também externar aqui, em nome da Bancada do PDT, a nossa insatisfação como se portou a C.C.J. neste momento aqui em dar parecer contrário na concessão do Título de Cidadão Honorário a uma pessoa bastante conhecida de todos nós curitibanos que, afinal de contas a família do Senhor David é por demais conhecida em toda região do Boqueirão, onde, tradicionalmente, estão ali morando descendentes da Alemanha e até mesmo da União Soviética.

Quem não conhece a Cooperativa do Boqueirão, quem não conhece um dos mais tradicionais clubes praticamente todo ele dirigido por uma família da cooperativa de leite ali da região?

Quem não conhece o Coral da Terceira Idade dos Menonitas, que é, realmente, um trabalho belíssimo?

Não consigo entender, com todo respeito aos membros da C.C.J. que nessa região deram voto contrário, alegando que o currículo do cidadão não satisfaz a concessão do título.

Ora, não querendo aqui mencionar nomes, mas isto não é até nesta Casa, mas em outras Casas Legislativas, pessoas sem quase que nenhum mérito têm recebido títulos de cidadania.

Agora, é lamentável que tenha ocorrido esse fato aqui porque já vai ficar uma posição até um pouco quanto ruim para essa Casa quando uma comissão interna da Casa dá um parecer contrário, muito embora o plenário é que vem realmente decidir da concessão ou não.

Então, eu quero, em nome da Bancada do PDT, por conhecer a família do Senhor David, por conhecer o trabalho feito pela sua família na região do Xaxim, da tradicional cooperativa do Boqueirão, da tradicional equipe do nosso esporte amador, da família Menonitas e do Coral da Terceira Idade, dizer que só isto bastaria para lhe concedermos o título de Cidadão Honorário.

Por isto, fica aqui a manifestação favorável da Bancada do PDT, Senhor Presidente.

O SR. COLOMBINO GRASSANO - Senhor Presidente, quando a Comissão de Constituição e Justiça votou contrariamente ao pro-

reto de Vossa Excelência, ela deve ter razões maiores para assim proceder. E o Regimento Interno da Assembleia Legislativa não exige que os títulos de cidadania sejam postos em votação ao Plenário, vem para Ordem do Dia, assim como os projetos de Utilidade Pública.

Bom senso seria, se a Comissão Executiva, atendendo ao parecer da Comissão de Constituição e Justiça, não colocasse na Ordem do Dia esse projeto que dá o título de cidadania honorária do Paraná a uma das figuras, talvez, respeitáveis deste Estado.

Aqui não vai nenhuma crítica pessoal, não conheço o homenageado, a quem se pretende homenagear, mas acredito que houve, talvez, um equívoco por parte da Comissão Executiva ao fazer constar da Ordem do Dia esse projeto com parecer contrário da Comissão da Constituição e Justiça, mesmo porque essa exigência não é regimental e, portanto, já serviria para que a Comissão Executiva tivesse uma noção exata de que essa matéria teria sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça.

Razão por que eu vou externar o meu voto contrário, mantendo o parecer da Comissão de Constituição e Justiça, sem fazer qualquer referência pessoal ao homenageado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto está aprovado com as considerações e voto contrário do Deputado Colombino Grassano.

ITEM 11

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/94, que objetiva criar, no quadro de Saúde do Paraná - ISEPR, 331 (trezentos e trinta e um) cargos de provimento efetivos relacionados no anexo desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F. (Publ. no DA nº 19, de 16.03.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 68/94

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 15/94, o Projeto de Lei nº 68/94, tem por finalidade criar 331 (trezentos e trinta e um) cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR, entidade vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

Da análise do referido projeto em razão de não encontrarmos nenhum óbice de natureza constitucional legal ou regimental, opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.03.94.

Curitiba, segunda, em 18.04.94

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 68/94

PARECER:

A proposição em tela, originária da Mensagem Governamental sob o nº 15/94, objetiva a criação de 331 (trezentos e trinta e um) cargos de provimento efetivo, distribuídos conforme relação anexada, no quadro de pessoal do Instituto de Saúde do Paraná - ISEPR.

Sob análise de mérito, competência desta Comissão, conforme art. 33, § 3º do Regimento Interno desta Assembleia Legislativa, o projeto satisfaz plenamente o interesse público, pelo qual nos manifestamos favoravelmente à sua aprovação.

Sala das Comissões, em 11.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
OVÍDIO CONSTANTINO - Relator.

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Discutir) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, é a mesma questão anterior.

Ao votar um Projeto de Lei que cria cargos no setor de saúde, o mérito das necessidades desses cargos deve ser analisado também pela Comissão de Saúde da Assembleia Legislativa. E, no entanto, não foi remetido àquela Comissão.

A CCJ analisou a constitucionalidade, a Comissão de Finanças analisou a questão financeira e orçamentária mas o mérito da necessidade desses cargos que cabe à Comissão de Saúde, também não foi analisado.

Então, como o Projeto anterior, requerido de V.Exa. que ele seja também encaminhado à Comissão de Saúde cumprindo o Regimento Interno da Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Projeto está em votação. Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Por não ter sido analisado o mérito, voto contrário.

ITEM 12

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/94. Autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 017/94, aprova um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de Cr\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme anexo I desta lei, (Secretaria de Estado da Administração). COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.O.. Aprovado. (Publ. no D.A. nº 19 de 16.03.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 070/94

P A R E C E R:

Autoria do Poder Executivo Estadual

Mensagem n° 017/94.

SÚMULA: Aprova Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29.12.93, no valor de Cr\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Analisando o presente projeto de lei, Mensagem n° 017/94, no que diz respeito a seus aspectos constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa, não encontramos óbices à sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o Parecer Favorável.

É o relatório.

Sala das Sessões, em 22.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N° 070/94

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem n° 17/94, chega a esta Comissão, o projeto de lei em epígrafe que objetiva a aprovação de um crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699, de 29 de dezembro de 1993, no valor de Cr\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros reais), conforme Anexo I desta lei, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Tendo sido submetido à apreciação da douta Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito desta Comissão, nada há que obste a aprovação do presente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação do projeto.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 06.03.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PROJETO DE LEI N° 070/94

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, oriundo de Mensagem Governamental n° 017/94, visa aprovar um Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado no montante de Cr\$ 24.500.000,00 (vinte e quatro milhões e

quinhentos mil cruzeiros reais), ao vigente Orçamento da Secretaria de Estado da Administração.

Ao indicar para cobertura do respectivo recurso, igual importância proveniente de cancelamento de dotação conforme específica, a iniciativa está a atender às disposições legais e constitucionais atinentes à matéria orçamentária.

Ante o exposto, somos de Parecer Favorável à aprovação do presente projeto de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.04.94.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente

HEINZ HEWIG - Relator

ITEM 13

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 075/94, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, declara de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI - do Município de Lidianópolis. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 20 de 17.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 075/94

P A R E C E R:

De autoria do Deputado Orlando Pessuti, o Projeto de Lei n° 075/94 que tem por finalidade declarar de Utilidade Pública Estadual a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI do Município de Lidianópolis.

Da análise do Projeto em tela, constatamos que o mesmo está em plena conformidade com os ditames legais contidos na Lei n° 6994/78 e sendo assim opinamos favoravelmente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

ITEM 14

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 077/94. Autoria do Deputado Nelson Garcia, autoriza o Poder Executivo a ceder em doação o veículo que especifica, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Engenheiro Beltrão-Pr. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 20 de 17.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 077/94

P A R E C E R:

Autoria: do Deputado Nelson Garcia

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a ceder em doação o veículo que especifica, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Engenheiro Beltrão.

Analisando o presente projeto de lei, no que diz respeito a seu aspecto constitucional, o mesmo invade as prerrogativas exclusivas do Senhor Governador, elencadas na Constituição Estadual, todavia, ao considerar o cunho meramente autorizatório do projeto, estando de conformidade com as técnicas legislativas, não encontramos óbices para a sua tramitação regimental, até final deliberação pelo douto e soberano Plenário.

Recebe, portanto, desta Comissão de Constituição e Justiça o Parecer Favorável.

É o relatório.

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 077/94

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Nelson Garcia chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que autoriza o Poder Executivo a ceder em doação o veículo que especifica, para a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, de Engenheiro Beltrão.

Tendo sido submetido à apreciação junto a Comissão de Constituição e Justiça o mesmo recebeu parecer favorável.

No âmbito de atuação desta Comissão, o presente não contém qualquer óbice para sua aprovação.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à tramitação e posterior aprovação em Plenário.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 06.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

ÉLIO RUSCH - Relator

ITEM 15

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 078/94. Autoria do Deputado Luiz Henrique Bona Turra, fica declarado de Utilidade Pública Estadual o "Movimento para Libertação de Vidas - MOLIVI", com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 20 de 17.03.94).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 078/94

P A R E C E R:

Autor: Deputado Luiz Henrique Bona Turra

O plano de lei, em espécie, pretende seja declarado de Utilidade Pública Estadual o "Movimento para Libertação de Vidas - MOLIVI", com sede e foro na Cidade de Cascavel, Estado do Paraná.

Os documentos acostados comprovam, que

Curitiba, segunda, em 18.04.94

o Movimento para Libertação de Vidas - MOLVI, é uma sociedade civil sem fins lucrativos e os membros da diretoria não são remunerados. Cumpre a entidade beneficiada, os requisitos exigidos pela Lei n° 6.994 de 10 de janeiro de 1978, sobretudo, o artigo 1°, incisos I, II, III e IV.

Inexistentes quaisquer óbices Constitucionais, Legais e Regimentais, somos pela sua aprovação.

É o parecer, s.m.j..

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

ITEM 16

1.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 093/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 026/94, que aprova abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, visando atender despesas com aquisição de veículos para a Coordenação da Receita do Estado-CRE. COM PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F.. Aprovado. (Publ. no D.A. n° 30, de 29.03.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 093/94

P A R E C E R:

O presente Projeto de Lei, oriundo do Poder Executivo, tem por finalidade aprovar abertura de crédito suplementar ao Orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, no valor de Cr\$ 650.000.000,00.

Servirá como recurso para a cobertura do crédito importância proveniente de cancelamento de dotação - ANEXOS II e IV.

Nada encontramos que impeça sua normal tramitação, sendo assim, somos de parecer favorável.

É o parecer!

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N° 093/94

P A R E C E R:

Oriundo do Poder Executivo o presente Anteprojeto de Lei visa a aprovação de crédito suplementar no valor de Cr\$ 650.000.000,00 (seiscentos e cinquenta milhões de cruzeiros reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Fazenda, aprovado pela Lei Estadual n° 10.699 de 29.12.1993; a fim de atender despesas com aquisição de veículos para a Coordenação da Receita do Estado-CRE.

Tendo recebido parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, no âmbito desta Comissão de Finanças nada encontramos que possa obstar a sua normal

tramitação nesta Casa de Leis.

Assim sendo, emitimos Parecer Favorável, opinando-se pela sua aprovação..

É o parecer.

Sala das Sessões, em 06.04.94.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Relator

ITEM 17

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 096/94, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 024/94, que objetiva a criação na estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento, de 19 cargos de provimento em comissão, com a denominação de Chefe de Núcleo Regional e simbologia DAS-5. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.F.. (Publ. no D.A. nº 30, de 29.03.94 - Mens.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 096/94

P A R E C E R:

Oriundo de Mensagem Governamental, esse Projeto de Lei tem por objetivo criar, na estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento, de 19 cargos de provimento em comissão, com a denominação de Chefe de Núcleo Regional e simbologia DAS-5.

Chamada essa Comissão a opinar, somos de parecer FAVORÁVEL à sua normal tramitação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29.03.94.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ALCEU SWAROWSKI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 096/94

P A R E C E R:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 24/94, o presente Plano de Lei tem por finalidade, criar, na estrutura da Secretaria de Estado de Agricultura e do Abastecimento, de 19 (dezenove) cargos de provimento em comissão, com a denominação de Chefe de Núcleo Regional e simbologia DAS-5.

O Projeto em tela, mereceu parecer favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

No âmbito desta Comissão de Finanças, opinamos favoravelmente à aprovação deste.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 06.04.94.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR - Presidente

LUIZ CARLOS ZUK - Relator

Em votação

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Se-

nhor Presidente, assim como os projetos anteriores da saúde, este não passou pela Comissão de Agricultura aonde se deveria analisar o mérito do Projeto. A Comissão de Agricultura deveria fazer uma análise e responder: qual a necessidade da criação deste cargo, vai ser ou serão criados novos núcleos para indicar esses cargos ou são núcleos já existentes com cargos vagos e que têm que ser preenchidos ou, simplesmente, não tem necessidade dos cargos e o momento é eleitoral, é importante indicar mais gente para a administração?

São perguntas que, ao fazer uma análise do mérito, pode ser constatada a necessidade das vagas e subsidiar a nós, Deputados, para que possamos votar corretamente. Se não a gente acaba ou votando favorável porque conhece ou porque apóia o governo ou tem que votar contrário porque não tem informação suficiente que seja convincente à necessidade dele.

Esta informação é importante nos projetos para que nós tenhamos subsídios para não cometermos equívocos. Tanto o voto favorável como o voto contrário pode ser equivocado se falta subsídio técnico para nos basearmos para darmos o voto.

O SR. RENATO ADUR (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados, nós compreendemos a preocupação do Deputado Rosinha, mas eu quero deixar bem claro que em momento algum está se fazendo qualquer tipo de criação de cargos com o cunho ou intuito eleitoral. É sabido e notório o trabalho que a Secretaria de Agricultura vem desenvolvendo no Estado do Paraná e sabemos, todos nós sabemos como o Governador Roberto Requião nesse período todo em que ele foi Governador do Estado a maneira com que ele controlou a questão de ingresso de funcionários, de servidores públicos ao Estado do Paraná.

A Secretaria da Agricultura foi uma das mais penalizadas durante todo este período. Nós mesmos sabemos que a EMATER teve problemas seriíssimos de pessoal porque a demanda cada dia vem aumentando no Estado. E o Governador firme na sua decisão constitucional de não ultrapassar o limite dos 65% com folha de pagamento e procurando sempre dar o reajuste ao funcionalismo, que nem sempre foi o merecido pelo funcionalismo, ele evitava de fazer novas contratações.

Portanto, cuidado se tomou neste Governo, se tomou nas contratações. Esta questão da Secretaria da Agricultura já se fazia necessária há muito tempo, esta reivindicação. E não só esta, Senhor Presidente. Nós temos outras reivindicações que nós aqui fazemos publicamente, para se suprir a questão tanto da SEAB como da

EMATER, devido ao trabalho heróico que esses funcionários da EMATER e da Secretaria vêm desenvolvendo no Estado do Paraná, desdobrando-se muitas vezes e tendo em outras vezes o apoio das Prefeituras Municipais do Estado do Paraná que temos aqui que agradecer, a parceria, o apoio que os Prefeitos têm dado para que não pereça todo o grande projeto da Secretaria.

Reconhecemos que há a necessidade de mais funcionários. Por outro lado, reconhecemos que o Governador não queria extrapolar ou ultrapassar uma limitação constitucional. Daí o impasse.

Portanto, dezenove cargos nesta questão. Eu entendo que a dúvida do Deputado Rosinha, a Comissão de Constituição e Justiça com seu Parecer Favorável e a própria Comissão de Finanças, naturalmente com os pareceres favoráveis já devem ter feito esta análise.

Por isso nós entendemos que não são estes cargos, mas que a EMATER e a Secretaria da Agricultura devem ter uma sensibilidade também do Governo hoje de trazerem mais pessoal para atender e auxiliar nesse importantíssimo setor do Governo do Estado do Paraná que tanto benefício tem trazido ao nosso agricultor em nosso Estado.

Era isto, Senhor Presidente.

O SR. PAULO MAIA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu creio que o voto contrário que se dá a qualquer projeto não tira o mérito do trabalho desenvolvido por qualquer Secretaria de Estado.

Inclusive nós temos destacado, já destacamos em outras oportunidades o trabalho efetivado em muitas áreas do Estado do Paraná, especialmente da nossa região essencialmente agrícola, o projeto de microrbasias.

Mas nós temos que neste momento destacar, que quando se objetiva criar cargos comissionados, nós do PDT, não votamos contra a criação de 331 cargos de provimento efetivos.

Nós votamos favoráveis. E por quê? E quais as razões? Com certeza neste momento em que se discute a questão do ingresso no serviço público através de concurso, nós temos a certeza que a Secretaria da Agricultura tem defasagens na EMATER, no IAPAR e outros órgãos e precisa de fato de pessoal competente e o ingresso deveria se dar por concurso, porque se não vejamos o que acontece hoje com a educação.

Nós estamos aí em algumas cidades, em algumas escolas do Paraná, com aulas, com determinadas disciplinas, que não tem aulas por falta de professores.

Ora, nós temos esse processo que está praticamente generalizado no Estado, está perdendo o nosso pai que matriculou o seu

filho na escola pública. Nós cremos que assim como é fundamental o preenchimento de cargos na Secretaria da Agricultura, de cargos comissionados, nos teríamos que ver hoje a questão do chamamento de professores concursados que estão aí há alguns meses para serem chamados pelo Governo do Estado para trabalharem. Isso não está acontecendo, há deficiência no sistema, e isso tem que ficar registrado. Então, neste momento, criar-se cargos comissionados, já determinados de quem os indica, preterido o concurso público, é ver o restante do conjunto do Estado em termos de defasagens em outras Secretarias.

Por isso, e baseando-se nestes fatos, não porque temos algo contra o trabalho desenvolvido pela Secretaria da Agricultura, mas pelas razões levantadas nós também votaremos contrário, a Bancada do PDT, votará contrário à criação de mais 19 cargos de provimento em comissão, quando nós sabemos que em termos de salário inclusive nós estamos vivendo a nível de funcionário público, uma vergonha nacional também.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência tem por dever, já que é oriundo dos quadros de servidores da Secretaria da Agricultura através da sua vinculada EMATER, esclarecer plenamente esse assunto ao Plenário.

Trata-se da criação de 19 cargos de provimento em comissão, cargos em comissão, para, são 19 cargos, para justamente nesses cargos colocar os atuais chefes de núcleos da Secretaria de Estado da Agricultura..

Porque sabe o Deputado Paulo Maia, sabe o Deputado Durval que aqui está, e tenho certeza que os demais também têm conhecimento disso, o chefe do Núcleo Regional da Educação, de cada um dos Núcleos Regionais de Educação do Paraná, percebe o cargo comissionado DAS-5, foi já criado por essa Assembléia, inclusive alguns novos cargos para suprir os novos núcleos que foram criados.

Sabe o Deputado Durval que nos escritórios regionais da Secretaria de Estado do Trabalho e Ação Social o chefe do Núcleo Regional recebe, tem como a sua remuneração o cargo DAS-5. E nós temos hoje, e é assim também nas regionais de saúde, assim eu tenho certeza é na FAMEPAR, assim deve ser na COHAPAR, eu não tenho certeza para poder informar aos Deputados. Mas é uma luta de pelo menos uns dois anos, na qual nós estivemos envolvidos junto com o Secretário Osmar Dias, junto com o Secretário da Administração, Ericson que era Diretor Geral junto com o Doutor Luiz Gastão no sentido de que o Governador Requião atendesse essa solicitação de que também os chefes da Secretaria de Agricul-

tura, os chefes regionais da Secretaria da Agricultura, médicos, veterinários, zootecnistas e engenheiros agrônomos fossem também remunerados igualmente é o professor que responde pelo núcleo da educação, como também a pessoa que responde pela Secretaria do Trabalho e Ação Social.

E nesse sentido que veio a Mensagem propondo a criação desses 19 cargos comissionados, que é justamente para atender aos 19 núcleos existentes. Quer dizer, não está criando nenhum cargo novo, não vai ser nomeado ninguém diferente daqueles que estão hoje respondendo pela chefia desses núcleos; razão pela qual, não cabendo a nós nesse momento o direito de encaminhar à votação, mas de esclarecer ao Plenário, nós entendemos que é justa a propositura que chega ao Plenário.

Está em votação a matéria.

Senhores Deputados que aprovam permanecem como estão. **Aprovado.**

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Verificação de votação Senhor Presidente.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Chamada nominal, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Paulo Maia requer verificação de votação, Deputado Renato Adur chamada nominal.

A Senhora 1.^a Secretária para a chamada nominal dos Senhores Deputados, Deputada Emilia Belinati.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA (Emilia Belinati) - Procede à chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Deputada Emilia Belinati informa que apenas 27 (vinte e sete) Srs. Deputados, responderam à chamada.

O SR. RENATO ADUR - Senhor Presidente, nós protestamos.

Nós entendemos que tinham mais de vinte e sete Deputados no Plenário.

O SR. ALGACI TÚLIO -(Pela Ordem) - Senhor Presidente. (Assentimento).

Senhor Presidente, a Deputada Emilia Belinati foi bem clara quando disse a Vossa Excelência que responderam à chamada.

Agora, que entraram depois é outra história, Deputado Renato Adur.

Então, solicite outra chamada nominal.

O SR. RENATO ADUR - Nós requeremos outra chamada nominal, Senhor Presidente.

Até entendemos que alguns não responderam à chamada, mas tinham no Plenário,

enquanto a Deputada Emilia Belinati fazia a chamada nominal, vinte e nove Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Para dirimir as dúvidas, solicitamos à Deputada que faça a chamada novamente dos Deputados que não responderam.

A SRA. 1.^a SECRETÁRIA (Emilia Belinati) - Procede a mais uma chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Deputada Emilia Belinati informa que 31 (trinta e um) Senhores Deputados responderam à chamada.

Há quórum para a deliberação.

Os Senhores Deputados que aprovam o projeto queiram levantar-se. Solicito à 1.^a Secretária, Deputada Emilia Belinati, que confira os votos.

18 (dezoito) Senhores Deputados aprovam.

Os Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

09 (nove) Senhores Deputados votam contra. Está aprovado o Projeto.

O SR. ALGACI TÚLIO (Questão de Ordem) - Artigo 21 do Regimento Interno, Senhor Presidente.

Senhor Presidente, não querendo polemizar, mas apenas para que não se torne uma rotina na Casa, V.Exa. infringiu, como Presidente da Casa, o Artigo 21, parágrafo único, que diz: "Para tomar parte de qualquer discussão o Presidente deixará a cadeira interinamente ao seu substituto enquanto se tratar do objeto que se propuser a discutir." Com relação ao próprio Projeto que nós acabamos de discutir, sem querer polemizar, mas apenas para que não se torne uma rotina, de que quando o Projeto tenha alguma dúvida a Presidência passe a defender o Projeto do local da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência, Deputado, apenas prestou esclarecimentos ao Plenário como comumente tem feito em diversas matérias cujos esclarecimentos feitos pelas lideranças ou por alguns dos Senhores Deputados não é suficiente para que o Deputado possa professar com a devida consciência o seu voto.

Nesse sentido, nós fizemos os esclarecimentos necessários para a discussão da matéria. E no mais, o Artigo 20 do Regimento diz: "São atribuições do Presidente, além de outras conferidas nesse Regimento: estabelecer o ponto da questão sobre a qual devam ser feitas as votações". No seu inciso número 11.

Sobre a Mesa, Requerimento nº 818, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 769 e 770, de autoria do Senhor Deputado Domingos Carvalho, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 771, de autoria do Senhor Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 772, de autoria do Senhor Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 773 a 780, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 781 a 783, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 784 e 785, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 786 a 789, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 796, de autoria do Senhor Deputado Renato Adur, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 798, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 802, de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 807, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 799 e 800, de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Zuk, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 808 e 809, de autoria do Senhor Deputado Plauto Miró Guimarães, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 801, de autoria do Senhor Deputado Ademar Traiano, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 804, de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 806 e 811, de auto-

ria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 813 e 814, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

(As matérias acham-se publicadas no final desta Ata).

Requerimento nº 812, de autoria do Senhor Deputado José Arthur Ritti, constante do expediente.- **Em Discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimentos nºs 816 e 817, de autoria do Senhor Deputado José Tavares, constantes do expediente.- **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 819, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente.- **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 747 e 749, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constantes do expediente de sessão anterior.- Retirados pelo autor.

O SR. RENATO ADUR (Para Discutir) - Senhor Presidente; essa Liderança como tem feito, freqüentemente, em cada liderança nós procuramos encaminhar um fax ao Secretário correspondente para que nos dê as informações devidas. Então esse requerimento do Dep. Florisvaldo Fier, já nós conseguimos as informações e encaminhamos agora ao Dep. Dr. Rosinha todas as informações por ele solicitadas. Queria encaminhar também mais dois requerimentos que temos em discussão nesta Casa, que é um outro do Deputado Rosinha à SANEPAR: pedido de informações. Nós também já dispomos dos dados todos, que nos foram fornecidos pela SANEPAR. Estamos também encaminhando esses dados.

E temos um outro requerimento também do Deputado Algaci Túlio à Secretaria Gil-da Poli, também com discussão adiada. Também temos o prazer de encaminhar ao Deputado Algaci Túlio as informações necessárias.

Eu pediria aos Senhores Deputados, então, se for possível, que retirassem então os requerimentos da pauta para votação.

O DR. ROSINHA - Os documentos foram entregues, nós vamos analisar, então, no momento, a gente retira os dois requerimentos e se estiverem incompletos eu sei que é possível depois entrar em contato

com a liderança do PMDB e completar as informações.

Sendo assim retiro os dois requerimentos de minha autoria.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Estão retirados os requerimentos.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu recebo somente agora e não posso dizer que estou satisfeito com as respostas que me traz o Deputado Renato Adur.

Preferiria deixar o meu requerimento em suspensão até a Sessão de amanhã, se não terei que fazer um novo requerimento pedindo complementação de informações.

Então, eu peço apenas a suspensão da votação do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adie-se para a Sessão de amanhã.

A Mesa registra mais uma vez que haverá agora às 17 horas missa de 7º dia pelo falecimento do Deputado José Alves na Capela do Plenarinho. Os Senhores Deputados estão convidados.

E registra a presença nesta Casa do Vereador Waldomiro Muniz Mattos, Vereador de São João do Ivaí.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 684, 706 e 727/93; 001, 015, 017, 032, 068, 070, 075, 077, 078, 093 e 096/94, e do de Resolução nº 003/94.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI, EM SESSÃO DO DIA 18 DE ABRIL de 1994.

"Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Vice-Governador Mário Pereira, proferido quando da posse como Governador do Estado do Paraná."

Numa das cartas do tempo de guerra, o Padre Teilhard de Chardin dizia à sua prima, Margarida: "Quanto mais preocupamo-nos em ser úteis, tanto mais somos felizes". Li isto há muitos anos e esse pensamento nunca mais me largou. É dessa forma que espero transformar estes nove meses de governo no tempo mais feliz da minha vida.

Uma longa caminhada, tecida de encontros e desencontros, alegrias e desânimos, mas fortalecida pelas amizades, conduziu-me à honra de chefiar o Poder Executivo deste Paraná.

E a honra é maior por poder receber a magistratura das mãos desse grande amigo e companheiro, que é o Governador Roberto Requião.

Foi seu convite pessoal e insistência solidária que sacramentaram meu nome como vice na chapa vitoriosa das eleições de 90.

Foi ainda seu convite que possibilitou a minha participação no Governo, como Secretário dos Transportes, dando-me a oportunidade de contribuir para o maior programa de recuperação da malha rodoviária da nossa história, além do fantástico empreendimento que é a construção da FERROESTE, bancada com recursos do Tesouro num momento em que os investimentos públicos, em todo o País, caem aos níveis mais baixos das últimas décadas.

Posso afirmar hoje, com justo orgulho, que participei de um Governo sério, competente e ousado. Um Governo que buscou, sempre e a todo momento, ser fiel ao compromisso com as causas populares, permanentemente preocupado com a mais justa distribuição da renda através da criação de novos empregos, preocupação concretizada em programas como o "Casa da Família", "Bom Emprego", "Panela Cheia", e tantos outros.

Um Governo que, no decorrer desses três anos, honrou todos os seus compromissos em dia; que nunca falou em déficit; que exerceu rigoroso controle fazendário e orçamentário, tornando-se um marco de referência para a administração pública brasileira.

Um Governo que assim foi porque teve à frente um homem como Roberto Requião, capaz de aliar a permanente autoridade na condução dos negócios do Estado com uma apurada sensibilidade para com a questão social. Nele pude perceber que o pulso firme do governante nada vale sem a bússola do sentido do humano, da ternura para com os homens e as mulheres do povo, especialmente aqueles mais destituídos e desprotegidos. E isto é o contrário dos paternalismos e assistencialismos que pensam o pobre como objeto de benemerência, impedindo que ele se constitua em sujeito histórico principal da realização do seu projeto de libertação. É o contrário das velhas e viciadas práticas políticas que arruinaram, e continuam arruinando, a Nação.

Roberto Requião mostrou, com clareza, que a mão deve ser firme no enfrentamento dos interesses viciados e escusos, especialmente dos poderosos; Mas, a mão deve ser, ao mesmo tempo, terna no cuidado dos

interesses justos da maioria da população que aspira à vida e à dignidade.

Governador Requião: Neste momento em que você inicia nova etapa de uma caminhada construída de fidelidade e zelo pela Justiça, faço votos de pleno sucesso.

Conte, como sempre contou, com o apoio e a solidariedade, ainda que modestos, do companheiro Mário Pereira.

Estou certo construiremos, juntos, muitos palmos de futuro.

Quanto a mim, procurarei ser fiel a este dom que a vida me propicia, de ser Governador do Paraná, completando o mandato que o povo nos conferiu.

Cheguei a este Estado como jovem engenheiro recém-formado.

A partir da década de 50, o Paraná crescia com ímpeto e era intenso o fluxo migratório de agricultores do sul em direção ao oeste/sudoeste do Estado. O crescimento demandava infra-estrutura: novas estradas, mais energia elétrica. Ao final dos anos 60, como reflexo desse movimento, fui contratado por empresa privada chamada pelo Governador Paulo Pimentel para construir, através da COPEL, as usinas DIESEL de emergência, necessárias para dar suporte ao rápido desenvolvimento da região. Assim, fui dos primeiros engenheiros-eletricistas de Cascavel e do Oeste.

Vim para ficar seis meses.

Vinte e seis anos transcorreram desde então.

Vim sozinho, deixando em Santa Catarina meus queridos pais, Vera e José, que lá continuam morando e hoje aqui se fazem presentes.

Aqui conheci Marlene, com quem tive a alegria de casar.

Aqui nasceram meus três filhos - Luiz Fernando, Luciana e Denise.

Assim vi-me rodeado de família e de amigos.

E, selando ainda mais o meu compromisso com esta terra que me acolheu e me propiciou tanta felicidade, ingressei na vida pública, buscando retribuir um pouco do muito que recebi.

E hoje tenho a alegria de me tornar o primeiro Governador oriundo de uma Região tão jovem que, ainda em 1940, o IBGE classificava como "Desabitada".

Como quase-pioneiros do oeste, assumo este mandato com o sincero desejo de ser símbolo do fim das veleidades separatistas, tão nocivas para a construção do nosso futuro comum. Que esta posse sinalize e concretize - a integração definitiva deste Paraná da mineração e da pecuária, do tropeirismo, da erva-mate e do café, do migrante nordestino e do colono do sul. Paraná de todas as gentes.

Paraná do acolhimento e da solidariedade. Paraná da unidade.

Para contribuir na construção deste Paraná desenvolvido e fraterno, quero que estes nove meses sejam a renovação do entusiasmo originário deste período de Governo.

Sem dúvida alguma - e isto quero deixar claro - o eixo articulador das ações neste tempo será a manutenção dos atuais programas de Governo, pois eles representam a esperança dos que em nós depositaram sua confiança.

Ao mesmo tempo, procurarei dar ênfase a alguns pontos específicos.

O Estado irá, nestes nove meses, voltar-se sobre si mesmo, num grande programa de capacitação dos recursos humanos e de aparelhamento da máquina administrativa, com a utilização de modernos instrumentos de busca da eficiência e da produtividade, como a qualidade total, por exemplo. É desta forma que demonstraremos nossa crença de que a modernidade exige, não o Estado-mínimo da ficção neoliberal, mas o Estado racional, eficiente e ágil, atuante nas áreas que lhe são próprias. Para tanto, tenho a convicção de poder contar com a valiosa colaboração do funcionalismo público do Paraná, cuja dedicação pude apreciar de perto ao tempo em que fui Secretário da Administração.

Analizando a Evolução do Estado, não se pode deixar de reconhecer que, ao longo do tempo, maciços investimentos públicos criaram uma das mais completas infra-estruturas do País: extensa cobertura rodoviária reforçada pela sua estratégica posição em relação ao MERCOSUL, folgada produção de energia elétrica, sólida estrutura agropecuária, excepcionais condições de saneamento. Daí acreditar ser este o momento de uma política ousada para a atração de investimentos privados, daqui ou de fora, utilizando para tanto os instrumentos de caráter fiscal e creditício, existentes ou possíveis de serem criados. É preciso mostrar também que o Paraná dispõe de investimentos públicos aptos a acolher investimentos privados compatíveis. Para isto, convoco o empresariado para conosco estudar alternativas, apresentar propostas e contribuir para o traçado de um planejamento capaz de direcionar a expansão da base produtiva do Estado, articulada ao binômio Criação de Emprego - Geração de Renda.

Mas, se por um lado temos do que nos orgulhar, por outro não podemos colocar na sombra certos índices que nos envergonham e que devem ser enfrentados: morrem mães durante o parto em número maior que a média nacional; a mortalidade infantil, se é inferior à média dos Países, é superior à de muitos Estados da Federação, chegando - em algumas regiões do Estado - a superar a média nacional em 60%. O en-

frontamento dessas questões, e outras nas mais variadas áreas, constituem-se em ênfases pontuais, cujo tratamento articulado será uma realização efetiva deste Governo.

Portanto, se o eixo principal da nossa ação serão os programas já em execução, teremos eixos complementares constituídos pelo voltar-se para dentro em busca da eficiência da máquina pública, o voltar-se para fora em busca de investimentos e as ênfases pontuais.

Ao finalizar, quero recordar que o Paraná tem tido grandes governadores que souberam manter a máquina administrativa com um tamanho suportável e que investiram em infra-estrutura e em equipamento social.

Quero somar-me a eles para que, ao final, possa também haver contribuído, modesta mas positivamente, para o crescimento do nosso Paraná.

Para isto, conto com o apoio de todos.

Tenho consciência dos meus limites e das minhas fraquezas, mas eles serão superáveis com a força da solidariedade, da amizade e da colaboração.

Os tempos são difíceis.

Mas o sonho não é impossível.

É próprio do homem sonhar com mundos novos, com relações mais fraternas, com uma terra nova. É próprio dele criar utopias que longe de serem fuga das contradições presentes, pertencem à própria realidade do homem que é um ser que continuamente projeta, desenha o futuro e se alimenta de esperanças.

São as utopias que impedem que o absurdo tome conta da história.

Juntos, tornaremos nossas utopias, realidade.

Juntos, realizaremos o governo que todos desejamos.

Muito obrigado.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ANTONIO ANNIBELLI EM SESSÃO DO DIA 18 DE ABRIL DE 1994.

"Pronunciamento do Governador

Roberto Requião, quando da posse do governador Mário Pereira."

Assinei, na quinta-feira, a transformação da liquidação extrajudicial do BADEP num compromisso firmado com o Banco Central, transformei a liquidação ordinária, a liquidação extrajudicial, liberando a indisponibilidade de bens de todos os seus antigos conselheiros e diretores, e trazendo para o controle do Estado do Paraná, a carteira de inadimplentes.

Ao mesmo tempo em que saldamos todos os compromissos do Banco com o Banco Cen-

tral, com o Fundo de Desenvolvimento do Estado do Paraná, com o Banco do Estado do Paraná e com o BRDE, área rigorosa e absolutamente limpa.

Mas, firmei, também um convênio com o Banco Mundial duzentos milhões de dólares para investir em capacitação de professores, melhoria de qualidade de ensino do Estado, no maior programa educacional que o Brasil já conheceu. E no mesmo dia, com Lauro Alcântara, o nosso Presidente do TECPAR, inaugurei o laboratório de química e biologia. Um laboratório destinado a apoiar às pequenas, médias e grandes empresas do Paraná, gerando e transferindo a tecnologia necessária para a arrancada do desenvolvimento.

Mas, meu companheiro Mário Pereira, assume o Governo do Estado com o quadro nacional extremamente confuso - o plano econômico do Ministro Fernando Henrique Cardoso é o velho plano do Fundo Monetário Internacional para os países devedores.

É o plano clássico igual o da Argentina, igual o do México, igual o do Chile.

Um acerto monetário que de certa forma se diferencia dos planos anteriores por proteger de forma relativa os salários dos trabalhadores do setor formal que tem carteira assinada, mas que irá tratar com extrema dureza os setores informais da economia brasileira, agredindo pesadamente os trabalhadores volantes de Bela Vista do Paraíso, no Paraná, por exemplo, ou de Quixaromobim, no Ceará. É a omissão monetária pela crueldade social, sem nenhum projeto de retomada de desenvolvimento.

Indicadores de abertura comercial para fazer com que os preços dos produtos básicos internamente não são precedidos pela definição de uma política industrial concreta.

Um plano para pagar contas, um plano de contador, um plano subserviente, cantado em prosa e verso pela grande mídia e pelos grandes empresários nacionais, o plano que arranca lágrimas dos olhos dos trabalhadores mais pobres, mas que faz com que se alargue o sorriso cínico dos grandes banqueiros na busca desesperada por maiores lucros.

Neste quadro o Paraná de Álvaro Dias, de Mário Pereira, o Paraná do velho MDB de guerra aponta novos caminhos, os caminhos da retomada do desenvolvimento com uma proposta política e econômica não liberal.

O que é inflação? É excesso de dinheiro no mercado, excesso e liquidez e falta de produto. Os economistas clássicos que se preocupam apenas com o pagamento da força cobrada pelos devedores internacionais, propõe uma estabilização salarial e uma brutal elevação de juros para fazer com que os capitais e as poupanças dispo-

níveis se dirijam ao mercado financeiro, enxugando liquidez, o mesmo número de produtos e menos dinheiro, teoricamente, os preços baixariam.

No entanto, setores monopolizados e cartelizados se adaptam a política econômica clássica, demitindo funcionários, não incorporam novas técnicas produtivas, novos processos tecnológicos que pudessem viabilizar a redução de preços, diminui a produção porque eles têm o controle da oferta, através do monopólio do cartel e do oligopólio.

Produzem menos, demitem trabalhadores e sobem os preços para manter a lucratividade. Se encarássemos este plano sobre a perspectiva do Fundo Monetário Internacional, da crueldade, do desemprego, da agressão pesada à economia brasileira, mesmo assim ele seria um fracasso porque não existe Governo Federal do Brasil, e não estou fazendo uma crítica, neste caso, ao Fernando Henrique Cardoso, ou ao Presidente Itamar Franco.

Fernando Collor de Mello desmontou a máquina pública federal e não há nenhum instrumento que garanta o policiamento e fiscalização dos preços no Brasil. Uma piada de mau gosto, de um sociólogo irresponsável que lança um Plano Econômico absurdo e foge da responsabilidade de conduzi-lo para se lançar a uma aventura ridícula de ser Presidente da República.

Há outros caminhos - Não diria a vocês que a estabilidade da moeda não é necessária para qualquer projeto de desenvolvimento, mas o Governo Federal acena apenas com uma sistemática e absurda privatização de empresas públicas e são mal administradas, que foram dilapidadas pelo corporativismo que estão apodrecidas pela sua utilização nas políticas econômicas e pelos abusos das corporações internas.

Mas eu perguntaria a todos nós, se tem uma propriedade pessoal que é objeto de constante roubos por parte de vizinhos indisciplinados e mal-intencionados, como poderíamos resolver este problema?

Com a covardia absoluta que deságua na doação da nossa propriedade, para que não mais fôssemos roubados ou criando instrumentos de contenção ao roubo. Empresas públicas nacionais, algumas delas, estão em situação crítica de desorganização, mas o caminho da recuperação é a quebra dos privilégios corporativos, a mudança da legislação e o seu controle definitivo por parte da sociedade brasileira que é a legítima dona dos investimentos feitos em empresas públicas ao longo de anos duros de sacrifício. Não de todas, porque muitas nunca foram estratégicas. Muitas nunca foram necessárias, derivaram do erro do governo militar ao financiar um desenvolvimento sobre projetos privados impossíveis

que acabaram nas mãos do Governo pela inadiplência com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Estas devem ser privatizadas.

Vocês me perguntariam, algum exemplo paranaense? Sim, a ULTRAFÉRTIL. Indagado eu diria que não consigo entender o Estado nacional produzindo adubos, fundamentalmente organo clorato. Mas, por outro lado, se havia um monopólio público, como ele foi transferido, na qualidade de monopólio para grupos privados? Deveria ter sido fracionado para se estabelecer um modelo concorrencial e provavelmente privatizado sim, para que o agricultor não se subordinasse em determinados momentos a absurdas exigências da corporação. Mas ele foi vendido por inteiro por preço vil, foi comprado pelo grupo Vicunha e pelo grupo BAMERINDUS. E o Ministro da Indústria e Comércio, o dono do BAMERINDUS, treze dias depois, sobe a alíquota de importação de adubos que os agricultores compravam no exterior, de 13 para 33%, utilizando a sua qualidade de Senador e de Ministro, e ganhando com esta manobra de presente, seguramente, o monopólio de produção de adubos no Brasil e fundamentalmente as instalações paranaenses.

Não sei se a Companhia Siderúrgica Nacional deveria ou não ser privatizada neste momento. Ela já foi estratégica um dia no projeto de industrialização de Juscelino Kubitschek, na introdução da indústria automobilística, na construção do fenomenal parque metal-mecânico no Estado de São Paulo.

No entanto, ela foi vendida, sem que prováveis compradores tivessem idéia dos pedidos que estavam na sua carteira, e da quantidade de ferro e aço que estavam sendo produzidos nos seus armazéns.

Um Banco investiu oitenta milhões de dólares em ações, e passado um ano, Tavares, este mesmo Banco coloca estas ações de oitenta milhões em dólar que é a moeda não inflacionária no Brasil, por quatrocentos milhões de dólares na bolsa.

Meus irmãos, estas informações são da Revista Veja, e o Banco é o mesmo de sempre, o BAMERINDUS.

Há outro caminho, o caminho da descência, o caminho da austeridade.

Se a inflação é falta de produto e excesso da liquidez, excesso de dinheiro no mercado, o caminho sobre a visão das classes populares, o caminho sobre a visão dos trabalhadores, o caminho sobre a visão dos verdadeiros brasileiros, passa pela estabilização da moeda, mas passa, basicamente, pela retomada e o aumento da produção e do desenvolvimento.

O liberalismo é cantado pelos países do Primeiro Mundo, em prosa e verso, principalmente depois da queda dos países do

leste europeu, que caíram porque os velhos militantes revolucionário, se embutiram na máquina do Estado e se colocaram acima da sociedade, liquidaram com o prêmio ao talento pessoal, ao esforço, à criatividade, à produtividade no trabalho e todos os avanços salariais se transformaram em avanços horizontais, onde o esforço de cada um pouco valia, isso levou estas economias à estagnação e a paralisação, produziram pela concentração do poder, em determinados momentos, façanhas tecnológicas invejáveis.

A Rússia coloca o Sputnik em órbita, antes que o Ocidente o fizesse. Mas falharam com a quebra do estímulo a competição e uma visão extremamente negativa do mercado, na produção de bens de consumo/salário, aquilo que o trabalhador pode comprar com salário que o trabalhador recebe ao fim de cada mês.

Roupa, sapato, eletrodoméstico que melhora a vida das mulheres, no trabalho da residência. Bens de consumo que melhoram a vida da população, levaram estas economias ao fracasso e ao protesto das populações, nas ruas, e o canto liberal se reacende, parecendo que o mundo esqueceu que o socialismo e as idéias marxistas, idéias de amor e solidariedade, dinamitadas pelo corporativismo distorcido, dos velhos militantes embutidos na máquina do Estado, só surgiram em função da exploração do trabalho e da exploração por parte de países desenvolvidos sobre os países menos desenvolvidos do planeta.

Se abrirmos as nossas janelas enxergaremos um mundo e muitos exemplos interessantes, mas enxergaremos na pátria do liberalismo econômico, no centro gerador das idéias da economia de mercado como solução absoluta para todos os problemas do planeta. Enxergaremos nos Estados Unidos, a marginalização, a guerra racial, o desemprego e o desespero.

Nova York, a meta do consumo no Planeta, ao lado de Nova York existe o Bronx, onde centenas de milhares de norte-americanos, marginalizados no mercado de trabalho e do mercado de consumo, vivem da seguridade social, viciados em bebidas e drogas se atacando nas ruas como animais, absolutamente irrecuperáveis para uma vida produtiva e democrática e ao lado de cada grande cidade norte americana existe um Bronx e no Bronx Sul de Nova York não se desce de um veículo ao meio-dia, sem que se tenha a certeza da violência do assalto e do estupro.

O canto da sereia do liberalismo envolve a cupidez de uma parte do empresariado e das elites brasileiras. A possibilidade da aquisição por dinheiro vil, por moeda podre, de uma grande empresa estatal acumulada através do esforço de todos os

brasileiros por décadas, cega os grandes grupos econômicos e ao lado desta idéia liberal se acentua a pobreza e se divide cada vez mais o nosso País em duas classes de homens e mulheres os que não dormem e os que não comem, os que não comem porque não têm o que comer, e os que não dormem porque têm medo dos que não comem. As cidades se transformam cada vez mais em cidades do perigo e de violência, as periferias sem possibilidade de trabalho e de sobrevivência vão criando gerações de desesperados. Primeiro a contravenção simples, a venda de um objeto sem a devida licença municipal ou estadual, depois o pequeno roubo, no porta-luva do automóvel, o furto do toca-fitas.

A terceira geração dos miseráveis já não acredita mais na possibilidade da sobrevivência pelo trabalho. Abandonada, marginalizada pelo egoísmo e pelo egoísmo das elites que se contentam com espetáculos em Óperas de Arame e com obras esteticamente maravilhosas de decoração urbana, ingressam definitivamente no caminho da criminalidade. O desespero é absoluto e o desespero absoluto leva necessariamente à violência absoluta.

Há outro caminho. A retomada do crescimento, a recuperação do controle do Estado pela sociedade e não o seu fim, a recuperação da capacidade de investimento da República, a diferenciação clara das competências e os investimentos pesados na agricultura que dá respostas imediatas com ciclos de produções extremamente curtos.

Os investimentos em projetos estratégicos, como nós estamos fazendo aqui no Paraná, como o Governador Ney Braga fez, no seu primeiro e brilhante governo, como Álvaro Dias iniciou e terminei, projetos como a Usina de Segredo, a FERROESTE, a estratégica ponte de Guaíra, o Paraná-Rural, o Bom Emprego, o Panela Cheia. Retirando dos pequenos e médios agricultores o fantasma da ciranda financeira, a ameaça da ganância dos grandes banqueiros, dando estabilidade a produção agrícola, com o financiamento do BANESTADO em equivalência em milho.

O BANESTADO é o primeiro de todos os bancos nacionais. A demonstração clara do que pode ser um banco público e da sua importância para a retomada do desenvolvimento de projetos estratégicos que melhorem os serviços sociais, investimentos persistentes, contínuos e pesados na Educação.

Construímos cinco mil escolas progressivamente à medida que o caixa nos permitia, melhoramos o salário dos professores e é uma programação que começa com o Álvaro e se completará com o Mário Pereira e que será estabilizada por lei, para que jamais a Educação no Paraná sofra

uma interrupção no ciclo pedagógico e didático por problemas de caixa do Governo, que ao longo de 12 anos se adaptou e se equilibrou segundo as suas necessidades.

Trajetória longa que compreende a criação de grandes armazéns ao lado das cidades, e diria a vocês, para procurar exemplos americanos, tão ao gosto dos liberais, que a política de retomada ao desenvolvimento do Paraná e a política de retomada de desenvolvimento que o Brasil deve ter, deve se inspirar no New Deal, do Presidente americano Roosevelt. Duas frases foram levadas os Estados Unidos, o crack da quebradeira de 1929. Uma delas: "se as cidades queimarem, os campos se levantarão e reconstruirão as cidades, mas se os campos queimarem as cidades morrerão de fome"; a segunda: "em cada panela uma galinha e em cada propriedade rural, um poste de energia elétrica". Este processo, no Paraná, teve começo com uma franqueza e o desarmamento de espírito de um Governador que encerra o seu mandato, o fantástico programa de eletrificação rural começou no Governo do Richa, deu passos largos no Governo do Álvaro e foi aprofundado no nosso Governo, e fica aqui a minha homenagem como já a fiz ao Governador Ney Braga a esta atitude administrativa correta do Governo José Richa é minha, é do Mário Pereira, e tenho certeza, é do Governador Álvaro Dias.

Continuidade administrativa e decência para o equilíbrio das finanças do Estado. O que imaginava Roosevelt com este investimento pesado no campo? As indústrias estavam instaladas, mas o crack havia liquidado o poder aquisitivo da população e só havia uma maneira de retomar o desenvolvimento, investir na agricultura, plantar milho, - pastor Pimental, da Assembléia de Deus, que nos prestigia com sua presença.

Plantar o milho que se transformou numa missão dos movimentos evangélicos e protestantes nos Estados Unidos, semeando os campos, e o milho foi transformado pela tecnologia americana, em 139 derivados. O que imaginava Roosevelt? A população do interior e do campo, ainda capitalizada com o dinheiro costurado nos colchões e nos travesseiros, recebendo apoio financeiro do Estado, geraria de forma quase imediata empregos, porque a resposta da agricultura é instantânea, e o agricultor capitalizado, passaria a consumir os bens da cidade, bens de consumo, como o liquidificador, a geladeira, a roupa nova da família, o triturador de grãos, o implemento agrícola, e daí deu Roosevelt a largada do desenvolvimento, enfrentando sobre a perspectiva do povo o processo inflacionário, e apesar da mais sólida economia do mundo de então. Mas, aqui não, a intenção das lideranças é apenas pagar as dívidas

externas. E, eu constato com tristeza de um brasileiro nacionalista que saudou a ida de Fernando Henrique para o Ministério da Fazenda, com alegria, - que com a queda do leste europeu ele perdeu os velhos credos, mas que em compensação, não adquiriu nenhum e organiza uma política servil e dura contra o povo brasileiro para satisfazer elites e lideranças que não enxergam um palmo além do seu umbigo.

Há outros caminhos, os caminhos do Paraná, os caminhos da continuidade, da seriedade e da austeridade, os caminhos, Marlene, os caminhos Luciana, Denise, Luís Fernando, os caminhos com os quais, o pai e marido de vocês irá honrar este Estado, os caminhos, Seu José e Dona Vera, que farão com que o Mário Pereira termine o seu governo dizendo aos seus pais e aos seus filhos, que os velhos princípios não foram traídos.

Encerro o Governo do Paraná, com a certeza de que nunca me dobrei, que a minha voz, foi a voz dos paranaenses, dos brasileiros do Paraná que não têm voz, não me dobrei diante das corporações, e jamais fui um polenista, fui sim, o mesmo político coerente que aos 15 anos de idade assumiu a direção de um diretório estudantil com uma vontade danada de transformar o mundo, impulsionado por uma visão clara de amor e de transformação, um político que não perdeu, como o Mário não perdeu, como o Álvaro não perdeu o contato com base que o elegeu.

Sei quem me representa e termino este meu governo com orgulho danado de ter sido governador dos paranaenses que responderam de forma tão maravilhosa a todas as políticas estaduais, mas acima de tudo termino, tendo feito um governo que o meu pai, o Wallace, gostaria que eu tivesse feito, tendo feito do governo o exemplo que eu quero que os meus filhos sigam na vida.

Maristela, nós honramos os nossos pais, honramos os nossos compromissos e balizamos um caminho para os nossos filhos.

A sociedade é assim, é como uma família, ela não se posiciona se não tiver referências, e a minha leitura de sociedade, esta leitura claramente de esquerda, porque solidária, é também freudiana, - se não existires para não existirem balizas, se não existirem testemunhos pessoais e duros de austeridade, se os exemplos não forem plantados com firmeza, intransigência e dureza, ninguém governará nada, ninguém mudará nada porque não terá a credibilidade, manutenção continuada da identidade, porque a perda da identidade traz a perda da credibilidade e os fracassos do Governo.

Entrego o Governo do Paraná ao pai de

Luís Fernando, da Luciana e da Denise, entregou o Governo do Paraná ao marido da Marlene, ao filho do José e da Vera, en-

treco o Governo do Paraná ao meu irmão e companheiro Mário Pereira.
Obrigado, minha gente!